

## BI, carta de condução e DIRE canducados "são válidos e eficazes, até 30 de Junho"

*Durante o período do Estado de Emergência em Moçambique, que fica cada vez mais evidente que deverá ser prorrogado, os documentos oficiais de identificação dos cidadãos nacionais e estrangeiros "são válidos e eficazes, até 30 de Junho de 2020".*

Texto: Redacção

Dentre as inúmeras implicações decorrentes da entrada em vigor, no passado dia 1 de Abril, do Estado de Emergência o Governo decidiu suspender a emissão dos documentos de viagem, de identificação civil, certidão de casamentos, de Registo predial, de registo criminal, de registo automóvel, de registo de entidades legais, carta de condução, livrete e títulos de propriedade, licenças e o Número Único de Identificação Tributária.

Além disso a ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Khida, anunciou nesta quinta-feira (02) que os documentos oficiais caducados "são válidos e eficazes, até 30 de Junho de 2020, nomeadamente o Bilhete de identidade (BI), a Carta de condução e vistos temporários e de identificação e residência de cidadãos estrangeiros (DIRE).

## Infectados pelo covid-19 ultrapassam 1 milhão no mundo, cinco são moçambicanos

*A covid-19 ultrapassou um milhão de infectados em todo mundo nesta quinta-feira (02) desde que a foi detectada na China, cinco são moçambicanos. A Europa continua a ser o epicentro da pandemia que já causou mais de 51 mil óbitos.*

Texto: Redacção

A Universidade Johns Hopkins, que tem estado a fazer uma actualização constante do número de casos e mortes re-

continua Pag. 02 →

## Situação contratual dos trabalhadores "não deve ser posta em causa" durante Estado de Emergência em Moçambique, "sozinho sair para caminhar ou para correr é permitido"



*Enfim o Governo revelou algumas das limitações que os moçambicanos vão sofrer durante o primeiro Estado de Emergência da nossa História. Não obstante a ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos também anunciou algumas notícias menos más, por exemplo, neste período a "situação contratual dos trabalhadores não deve ser posta em causa", "os mercados formais mantêm-se em funcionamento" e "sozinho sair para caminhar ou para correr é permitido".*

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

## Governo acredita que agricultura vai criar 3 milhões de empregos em Moçambique

*O Governo de Filipe Nyusi, que falaciosamente clama ter criado 1,4 milhão de empregos, acredita que neste mandato pode criar outros 3 milhões de novos postos de trabalho. "Um hectare de milho metido na cadeia de valor quantas pessoas é podem lá estar empregues", argumentou na Assembleia da República o ministro da Economia e Finanças durante a apresentação do eleitoralista, e agora desfasado da realidade, Plano Quinquenal do Governo 2020-2024.*

Texto: Adérito Caldeira • Foto: GPM

No 2º dia do Estado de Emergência o Governo foi a Assembleia da República, reunida numa plenária improvisada no Centro de Conferências Joaquim Chissano, apresentar o seu Plano Quinquenal alicerçado na paz e na criação de 3 milhões de empregos.

"Sobre os empregos, é verdade que se nós olharmos para o número fica difícil se não estivermos a olhar para o que está por detrás", começou por explicar aos deputados o ministro Adriano Maleiane apontando que para alcançar a meta o Executivo fez grandes opções económicas: agricultura, infra-estruturas, pescas e aquacultura, turismo e indústria extractiva.

O ministro da Economia e Finanças disse que na agricultura "temos de modernizá-la, temos de inovar, mudar a forma de produção e temos de apro-

veitar tudo o que se produz no sector familiar através de um sistema de comercialização que liga o sector informal com a economia real. Vamos introduzir contratos, é preciso que as associações económicas não fiquem só para fazer reuniões, é preciso que comecem a ser uma ponte para fazer a ligação entre os produtores e aqueles tem de comprar, significa cadeia de valor".

"Um hectare de milho metido na cadeia de valor quantas pessoas é podem lá estar empregues? Primeiro temos os produtores que lá trabalham, depois temos pessoas que escoam, podem ser empresas a fazer a comercialização, temos que ter pessoas que processem em farinha, a empresa vai precisar de um gestor, de um informático para



informatizar o processo de produção e controle financeiro, só num hectare temos muita gente, e quantos hectares haverão disponíveis para fazer isso. Portanto a opções económicas estão baseadas na criação de emprego, esta agricultura tem que ser na base da cadeia de valor, é preciso agitar as famílias para poderem entrar no mercado", argumentou ainda Maleiane.

continua Pag. 02 →

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com @verdademz



→ continuação Pag. 01 - Situação contratual dos trabalhadores "não deve ser posta em causa" durante Estado de Emergência em Moçambique, "sozinho sair para caminhar ou para correr é permitido"

Dois dias após o Presidente da República ter declarado o Estado de Emergência, como medida de prevenção a propagação da covid-19, o seu Executivo enfim conseguiu explicar que Direitos, Liberdades e Garantias os cidadãos deverão cumprir em Moçambique.

"Estão sujeitos ao regime da quarentena obrigatória, institucional ou domiciliar: os doentes com covid-19 e os infectados com SARS-Cov2; os cidadãos relativamente a quem as autoridades sanitárias competentes determinem situação de vigilância activa. A violação da quarentena domiciliar dá lugar à sua transformação em quarentena institucional, podendo as autoridades competentes invadir o domicílio do infractor para a recolha em caso de resistência", começou por esclarecer a ministra Helena Khida numa conferência de imprensa exasperante pelos sucessivos adiamentos.

A ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos clarificou que: "em relação ao funcionamento das Instituições Públicas e Privadas, mantêm-se em funcionamento as instituições públicas e privadas, devendo, entretanto, ser observadas cumulativamente as medidas de prevenção e controlo do covid-19, nomeadamente: distanciamento inter-pessoal de 1,5m, no mínimo; etiqueta da tosse; lavagem frequente das mãos; desinfecção das instalações e equipamentos; não partilha de utensílios de uso pessoal; arejamento das instalações; redução, em reuniões ou locais de aglomeração, do número de pessoas, para o máximo de 20 (vinte) pessoas, quando aplicável, exceptuando situações inadiáveis do funcionamento do Estado".

"Relativamente ao efectivo laboral presencial é reduzido para uma quantidade não superior a 1/3, na proporção de rotatividade de serviço de 15 em 15 dias. A redução de pessoal, para efeitos do cumprimento do número anterior, não se confunde com dispensa do trabalho, devendo ser adoptados mecanismos que assegurem a continuação do trabalho em casa, havendo condições.

não abrange funcionários públicos que ocupam cargos de direcção, chefia e confiança, os quais mantêm o pleno exercício das suas funções", acrescentou.

**"Requisição civil de médicos, enfermeiros e de outro pessoal de saúde fora do Sistema Nacional de Saúde"**

A representante do Governo anunciou que: "São interditas as actividades recreativas, desportivas, culturais e de lazer realizadas em espaço público, por conseguinte são encerrados: discotecas, salas de jogos, bares e barracas destinadas a venda de bebidas, ginásios desportivos (com excepção das actividades terapêuticas), piscinas públicas, pavilhões gimnodesportivos, campos de jogos, museus, bibliotecas, teatros, monumentos e similares, entre outros. Estão também todas as actividades desportivas recreativas como treinamento e jogos colectivos".

A ministra Helena Khida precisou que "são suspensos os cultos e celebrações religiosas na sua dimensão colectiva exceptuando os realizados de forma individual ou domiciliária, em estrita obediência as medidas de prevenção da covid-19", e detalhou que "o número de participantes em cerimónias fúnebres deve ser no máximo de 20 pessoas, assegurando o cumprimento do distanciamento social. O funeral de pessoal que sofriam de covid-19 o número de pessoas participantes deve ser no máximo de dez pessoas. Independentemente da causa da morte os participantes de cerimónias fúnebres são obrigados ao uso de máscaras".

"As visitas aos internados nas instituições hospitalares são reduzidas para um máximo de duas pessoas por dia, por cada doente. Quando aos doentes padecendo de covid-19 é proibida qualquer visita", afirmou a ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos que declarou estarem "interditas as visitas aos estabelecimentos penitenciários, podendo continuar a entrega de refeições".

Helena Khida declarou que "fica proibida a prestação do serviço de táxi por bicicletas e motorizadas, vulgo mototaxi. É definido um máximo de um terço de passageiros em simultâneo em transportes colectivos, públicos ou privados, em relação à sua capacidade", e explicou que "podem ser chamadas para garantir o cumprimento das medidas prevenção e controlo da covid-19 as Forças de Defesa e Segurança, com estrita observação da Constituição da República e demais leis".

A ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos decretou que "é determinada a requisição civil de médicos, enfermeiros e de outro pessoal de saúde fora do Sistema Nacional de Saúde, exceptuando os particularmente vulneráveis à pandemia do covid-19".

**Patrões não podem despedir trabalhadores durante o Estado de Emergência**

Não obstante as medidas serem restritivas existem algumas boas notícias: "Os mercados formais mantêm-se em funcionamento no período compreendido entre as 6 horas e 17 horas, devendo os gestores dos mesmos criar as condições para a observância do distanciamento recomendável entre os vendedores, entre estes e os compradores e encorajar o uso de máscaras".

Questionada relativamente ao pedido da Confederação das Associações Económicas (CTA), que pretende suspender contratos com os seus trabalhadores e os pagamentos ao Instituto Nacional de Segurança Social, a ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos enfatizou: "o Decreto Presidencial (de Declaração do Estado de Emergência) e este que vai regulamentar são claros, este é um período específico e a situação contratual não deve ser posta em causa".

Sobre os limites a movimentação dos cidadãos a ministra Helena Khida clarificou: "o que estamos a tentar evitar é que



haja aglomerado de pessoas em espaços fechados, nos ginásios existem equipamentos que fazemos uso tocando e é partir do toque em superfícies contaminadas que o vírus se propaga, não está proibido o exercício de sair de casa e ir caminhar, porque o espaço não é fechado. Sozinho sair para caminhar ou para correr é permitido".

A governante anunciou ainda que os cidadãos que estão obrigados a cumprir quarentena serão rastreados em tempo real com recurso a tecnologia de geolocalização. "Está montado um sistema, através do Ministério dos Transporte e Comunicações, para as pessoas que entrem para o país a partir dos telemóveis é possível localizar por onde andam, e é possível verificar se alguém que deveria estar em quarentena obrigatória em determinado lugar está lá, não estando a ser cumprida permite ir buscar e submeter a medida de confinamento obrigatório em casa ou numa instituição apropriada".

→ continuação Pag. 01 - Governo acredita que agricultura vai criar 3 milhões de empregos em Moçambique

Com algum realismo, o governante mais massacrado no quinquénio passado com a gestão das dívidas ilegais e que se preparava para começar a antecipar as receitas do gás natural, deixou claro: "É preciso não pensar que é o Estado que cria, aqui é emprego no sector privado (...). Não estamos a falar só do formal, temos que falar daqueles que tem auto-emprego (...). Essas pessoas que estão a vender na rua estão a fazer trabalho de alguma forma".

"O Governo sempre olhou para o funcionário, e também para todos os outros, nesta perspectiva de que o salário tem que cada vez mais corresponder ao esforço que está a ser empreendido, mas nós não podemos distribuir aquilo que nós não temos. Para não dizerem que estou a falar no abstrac-

to o que nós conseguimos cobrar em impostos que as pessoas pagam, este ano as projecções estão a dar 196 (bilhões de meticais), só fiscais, e os salários só para os funcionários públicos são 129 (bilhões de meticais). Não é possível irmos lá para fora pedir donativo para pagarmos salários", alertou o ministro Maleiane.

Tendo como meta a "fome zero" o Governo de Nyusi propõe-se, até ao fim do 2º mandato, aumentar a produção de cereais para 3,5 milhões de toneladas, atingir 1,4 milhões de toneladas de leguminosas, chegar aos 24 milhões de toneladas de tubérculos, produzir 239 mil toneladas de carnes de frangos e pequenos ruminantes e ainda alcançar 684 mil toneladas de peixe.

→ continuação Pag. 01 - Infectados pelo covid-19 ultrapassam 1 milhão no mundo, cinco são moçambicanos

lacionadas com a covid-19, revelou a existência de 1.002.159, até as 22 horas desta quinta-feira (02), e um total de 51.485 mortes em todo o mundo.

Cerca de metade dos infectados foram detectados no continente europeu, particularmente na Itália onde morreram até agora 13.915 dos 115.242 dos pacientes de covid-19.

O ministro da Saúde, Armindo Tiago, indicou que entre os cidadãos

infectados pelo mundo cinco são moçambicanos. "Um moçambicano na Espanha, esteve internado, já teve alta e neste momento está a recuperar em casa. Um moçambicano infectado em Portugal, um moçambicano infectado nos Estados Unidos (da América), também esteve de baixa já teve alta, e dois moçambicanos que se encontram na Suíça, não estiveram internados e encontram-se em isolamento na sua residência", disse em conferência de imprensa em Maputo.

**Há covid-19 na Província de Cabo Delgado**

O ministro da Saúde declarou nesta quinta-feira (02) que o 10º doente de covid-19 foi infectado na Província de Cabo Delgado "O indivíduo de 61 anos está na Cidade de Maputo, viajou de Pemba, não está internado, está em isolamento domiciliar na sua casa". O @Verdade apurou que o paciente esteve a trabalhar na Península de Afungi no projecto de gás natural liderado pela petrolífera Total.

Texto: Adérito Caldeira

Doze dias após detectar o paciente zero o Instituto Nacional de Saúde realizou um total de 302 testes, "dos 18 casos testados nas últimas 24 horas todos foram negativos para o novo coronavírus" anunciou o ministro Armindo Tiago.

O titular da Saúde em Moçambique revelou que o 10º doente: "Um dos casos que anunciamos ontem (terça-feira) trata-se de um cidadão moçambicano (e não sul-africano), a trabalhar numa empresa na região petrolífera de Afungi. A equipa de investigação do Instituto Nacional de Saúde já lá esteve e identificamos todos os contactos, quer em Maputo quer em Cabo Delgado, que serão testados".

Armindo Tiago aclarou que o décimo infectado em Moçambique é o primeiro caso de transmissão local fora da Cidade de Maputo. "O indivíduo de 61 anos está na Cidade de Maputo, viajou de Pemba, na Província de Cabo



Delgado, não está internado, está em isolamento domiciliar na sua casa".

"As nossas equipas vão deslocar-se a Cabo Delgado para fazer a testagem", disse ainda o ministro Armindo Tiago admitindo que exista pelo menos um outro infectado pelo covid-19 na Península de Afungi onde decorrem as obras de implantação do

maior projecto de exploração de gás natural em Moçambique.

A petrolífera que lidera o projecto nos campos de Golfinho/ Atum confirmou ao @Verdade. "A Total E&P Mozambique Área 1 confirma que um trabalhador no local do projecto em Afungi foi infectado com covid-19. A gestão do projecto no local informou as autoridades de saúde locais.

"Em aplicação das regras estabelecidas pelas autoridades de saúde e pelo Grupo, foi tomada a decisão de identificar todas as pessoas que entraram em contacto com esse trabalhador, a fim de tomar todas as medidas preventivas necessárias para limitar o risco de contaminação, incluindo a quarentena das pessoas que tiveram contacto com o trabalhador e a desinfecção das instalações. Durante este período, a Total fornecerá todo o apoio necessário", acrescentou a petrolífera Total E&P Mozambique Área 1.

## Segunda transmissão de covid-19 na Cidade de Maputo

O ministro da Saúde anunciou neste sábado (28) a segunda transmissão de covid-19 na Cidade de Maputo. "Dos novos casos testados, 63 revelaram-se negativos e um caso foi positivo para o coronavírus", disse Armindo Tiago que se escusou a indicar o sexo, idade e nacionalidade do oitavo infectado pelo novo coronavírus em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

"Em Moçambique, foram testados até hoje (28 de Março de 2020), foram testados 205 casos três suspeitos, dos quais 64 nas últimas 24 horas. Estes números indicam claramente que a nossa capacidade de testagem aumenta diariamente. Dos novos casos testados, 63 revelaram-se negativos e um caso foi positivo para o coronavírus. Este novo caso é de transmissão local. Temos no país, de forma cumulativa, oito casos positivos dos quais seis importados e dois de transmissão local", disse em conferência de imprensa o ministro Armindo Tiago.

O @Verdade apurou que 49 dos casos suspeitos testados entre sexta e sábado são cidadãos moçambicanos do sexo masculino que tiveram contacto com algum dos sete infectados pelo covid-19. Onze foram testados por terem estado em contacto com pessoas com doença respiratória aguda grave e quatro contactaram com viajante proveniente de país afectado pelo novo coronavírus.

Dentre os 205 testes realizados pelo Instituto Nacional de Saúde oito foram de casos suspeitos em crianças, quatro em adolescentes, 58 em adultos e onze em idosos.

Cobertura em tempo real sobre pandemia  
#covid19 #Moçambique  
@DemocraciaMZ

 [twitter.com](https://twitter.com/DemocraciaMZ)  
[@DemocraciaMZ](https://twitter.com/DemocraciaMZ)

## Pior cenário da covid-19 em Moçambique são mais de 1000 infectados e pelos menos 30 óbitos; Autoridades querem empurrar pico de Maio/Junho para Janeiro/Fevereiro



O Ministério da Saúde (MISAU) prevê que o pior cenário da covid-19 seja a transmissão Comunitária da pandemia em Moçambique. Nesse cenário o nosso país, que apenas diagnosticou oito infectados até este domingo (29), poderá ultrapassar os mil doentes, os contactos deverão ascender a cem mil, com pelo menos 200 doentes em isolamento nas unidades sanitárias e uma previsão de pelo menos 30 óbitos. Porém o director-geral adjunto do INS esclareceu ao @Verdade que os esforços do Governo de Filipe Nyusi visam reduzir o pico da doença, "em vez do pico acontecer em finais de Maio e princípio de Junho (...) atrasa-lo e afasta-lo para que ocorra, por exemplo, em Janeiro ou em Fevereiro do próximo ano".

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 04](#) →

## Médicos em Moçambique preparados para "guerra" ao covid-19 mas pedem revisão do subsídio de risco

A linha da frente do combate ao covid-19 no nosso país é feita por alguns milhares de médicos e profissionais de saúde que antes da pandemia tornar-se explosiva reiteraram publicamente o seu compromisso, "esta é a nossa luta, este é agora o nosso propósito", declarou o presidente da Associação dos Médicos de Moçambique que pediu ao Governo a revisão do subsídio de risco que actualmente ronda os 5 mil Meticais menos IRPS.

Texto: Adérito Caldeira

Celebrou-se no passado sábado (28) o Dia do Médico numa altura em que a classe parece ser a única com clareza necessária para salvar o planeta do novo coronavírus.

Em Moçambique, onde existem apenas 2.473 médicos dos quais mais de 400 são estrangeiros, a Associação dos Médicos comemorou o seu 28º aniversário, "não em espírito de festa mas em sacrifício previsto por cada um de nós aquando da nossa graduação, quando orgulhosamente prometemos consagrar as nossas vidas ao serviço da humanidade, quando prometemos que a saúde dos nossos doentes seria a nossa maior preocupação e quando prometemos solenemente guardar respeito absoluto pela vida humana, desde o seu início e mesmo sob ameaça".

[continua Pag. 04](#) →



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

[twitter.com](https://twitter.com/verdademz)  
[@verdademz](https://twitter.com/verdademz)



**ANUNCIE AQUI**  
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail [averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)



→ continuação Pag. 03 - Pior cenário da covid-19 em Moçambique são mais de 1000 infectados e pelos menos 30 óbitos; Autoridades querem empurrar pico de Maio/Junho para Janeiro/Fevereiro

O @Verdade teve acesso ao Plano Nacional de Preparação e Resposta a pandemia do covid-19, elaborado pelo MISAU e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que prevê quatro cenários para a pandemia em Moçambique.

O primeiro sem nenhum caso reportado, um segundo cenário com casos esporádicos "Um ou mais casos, importados ou adquiridos localmente", um terceiro cenário de aglomerado de casos onde "a maioria dos casos de transmissão local está ligada a cadeias de transmissão" e o último e pior cenário de Transmissão Comunitária "no qual há incapacidade de relacionar os casos confirmados através de cadeias de transmissão para um grande número de casos, ou aumento de testes positivos através de amostras colhidas nos postos sentinelas".

A julgar pelos números de casos infectados existentes até ao domingo (29) o nosso país ainda está no segundo



deverão ascender a 111 mil, 200 doentes em isolamento nas unidades sanitárias e uma previsão de pelo menos 30 óbitos.

"O Plano (Nacional de Preparação e Resposta ao covid19) não é estático, em função da evolução da epidemia há necessidade de actualiza-lo com base na evolução global e local, e ainda em função dos cenários que estamos a fazer a modelagem. Estamos a fazer a modelagem do impacto da doença em Moçam-

los tem de ser feitos tendo em conta que Moçambique antecipou-se, Moçambique tem vindo a antecipar-se nas medidas de prevenção, as primeiras foram tomadas antes de termos sequer o primeiro caso o que é um aspecto importante a realçar pois a prevenção é a melhor estratégia para mitigar o impacto desta doença".

"Nós estamos a usar métodos científicos recomendados, temos um grupo de epidemiologistas e de especialistas nas áreas de gestão de dados, estatística e na área clínica. Este grupo de peritos nacionais, que conta com ajuda de peritos internacionais, particularmente do Estados Unidos da América, está a avaliar o impacto de cada uma das intervenções que o Governo está a implementar. Nós temos que assegurar que as intervenções que o Executivo está a implementar são baseadas em evidências, não podemos tomar decisões empíricas", acrescentou.

O Dr. Samo Gudo citou como exemplo "a decisão de encerrar escolas foi feita com base no facto de 25 por cento da população moçambicana é estudantil, encerrando as escolas estamos a reduzir o risco de infecção em pelo menos 25 por cento. As decisões subsequentes serão feitas com base nas evidências científicas geradas por este grupo de especialistas. O plano tem que ser reajustado em função destes pressupostos todos".

Diante da insistência do @Verdade o director-geral adjunto do INS clarificou: "Já não podemos nos colocar

no contexto do pior cenário, que iria acontecer se nenhuma medida fosse tomada, portanto esse cenário já não se coloca porque como eu disse o impacto de encerrar as escolas influencia em 25 por cento da população, portanto estamos fora do pior cenário".

"Mas estamos ainda num contexto em que ainda é preocupante, o que os especialistas estão a fazer é desenhar o impacto dos vários com vista a evitar com que o sistema de saúde colapse, que haja muita transmissão activa num curto espaço de tempo, porque o impacto é catastrófico quando há uma transmissão activa e explosiva, quando a maior parte dos indivíduos procuram os Sistema Nacional de Saúde num curto espaço de tempo. As medidas que já estão em implementação, do ponto de vista individual e colectivo, elas tem como objectivo criar o melhor cenário possível", chamou atenção.

atrás-lo e, em vez do pico acontecer em finais de Maio e princípio de Junho, que se pensar que seria alcançado na maioria dos países africanos sem nenhuma medida, atrás-lo e afasta-lo para que ocorra, por exemplo, em Janeiro ou em Fevereiro do próximo ano".

"A importância de atrasar o pico para Janeiro ou Fevereiro é para o Sistema Nacional de Saúde ganhar tempo para mobilização de recursos, fortalecimento do Sistema, para entender melhor a epidemia (há ainda aspectos que não são conhecidos), ganhamos tempo para que apareça um medicamento", deixou claro o médico e investigador moçambicano.

De acordo com o director-geral adjunto do INS, "há alguns candidatos a tratamento que são promissores, por exemplo o Remdesivir é um dos candidatos mais fortes e cujos resultados preliminares estarão dispo-



**"Em vez do pico acontecer em finais de Maio e princípio de Junho (...) afasta-lo para que ocorra em Janeiro ou em Fevereiro"**

Doutorando em Imunologia de Retrovirus Humanos o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior declarou que: "nós queremos é quebrar a cadeia de transmissão de modo que a transmissão seja muito baixa com vista a evitar que haja um numero muito grande de indivíduos padecendo da doença num curto espaço de tempo. Ou seja nós pretendemos reduzir o pico (da doença), para em vez de um pico com centenas de milhares de casos possamos

níveis em Abril. Se em Abril o Remdesivir mostrar eficácia seguem-se vários meses de produção em escala, isso leva quatro a cinco meses, portanto atrasando o pico da epidemia (em Moçambique) para Janeiro ou Fevereiro nós estamos a dar tempo para que se identifique um candidato eficaz (para o tratamento), que se faça produção em grande escala e que possa estar disponível para os moçambicanos. O mesmo para a vacina, atrasando o pico temos tempo para que o mundo descubra uma nova vacina e possa ser usada antes que o pico (em Moçambique) aconteça. São estes os pressupostos técnicos e científicos que nós estamos a trabalhar para mitigar o risco".

**1.6. Taxas de Ataque Clínico do COVID-19 em Moçambique**

A OMS definiu quatro cenários para o surto por COVID-19, nomeadamente:

- **Cenário 1 - Sem casos:** nenhum caso reportado.
- **Cenário 2 - Casos esporádicos:** Um ou mais casos, importados ou adquiridos localmente.
- **Cenário 3 - Aglomerado de casos:** a maioria dos casos de transmissão local está ligada a cadeias de transmissão.
- **Cenário 4 - Transmissão Comunitária:** surto no qual há incapacidade de relacionar os casos confirmados através de cadeias de transmissão para um grande número de casos, ou aumento de testes positivos através de amostras colhidas nos postos sentinelas.

Parâmetros	Cenário 1			Cenário 2			Cenário 3			Cenário 4		
	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	b	c
Doentes	0	1 a 20	21 a 100	101 a 500	501 a 1000	>1000						
Contactos	0	111-2220	2331-11.100	11211-55500	55611-111000	>111000						
Óbitos (5%)	0	1	3	15	30	>30						
Hospitalização (20,4%)	0	4	20	102	204	>204						

cenário com oito doentes, 103 contactos, nenhum óbito e todos infectados em isolamento domiciliar. Elaborado antes da detecção do primeiro infectado este segundo cenário de "casos esporádicos" previa a existência de 1 a 20 doentes, com 111 a 2.220 contactos, um óbito e quatro doentes em isolamento hospitalar.

O @Verdade questionou as autoridades de saúde se este plano continua actual e quanto tempo Moçambique demorará a atingir o pior cenário que prevê mais de 1000 doentes, os contactos

bique em vários cenários, uma das medidas tomadas pelo Governo foi o encerramento das escolas desde o ensino pré-escolar até ao universitário e só este facto já altera os nossos cenários", começou por explicar o Dr. Eduardo Samo Gudo Júnior.

**"Encerrando as escolas estamos a reduzir o risco de infecção em pelo menos 25 por cento da população"**

O director-geral adjunto do Instituto Nacional de Saúde (INS) afirmou que "os cálcu-

→ continuação Pag. 03 - Médicos em Moçambique preparados para "guerra" ao covid-19 mas pedem revisão do subsídio de risco

"Hoje o mundo tal como o conhecemos está sob ameaça, ameaçado por uma pandemia que em tão pouco tempo já se espalhou por todo o mundo. O coronavírus representa para os diferentes países do mundo uma guerra. Guerra esta que não se luta com armas convencionais mas sim com conhecimento, conhecimento este que só nós os profissionais de saúde temos", declarou a jorna-

listas em Maputo o presidente da Associação dos Médicos de Moçambique, Milton Ussene Tatia.

O Dr. Tatia afirmou: "Nós profissionais de saúde somos a única arma capaz de livrar o mundo desta catástrofe. Tudo, desde o aconselhamento das lideranças mundiais quanto a melhor estratégia a ser empregue ao contacto directo e tratamento dos pacientes infectados no dia a dia

depende de nós. Só nós podemos ajudar o nosso país a ter o menor número possível de casos e, quiçá, nenhuma morte. Esta é a nossa luta, este é agora o nosso propósito".

"De todo o mundo chegam nos exemplos de atitudes heroicas de médicos que deram tudo, inclusive a própria vida na luta contra esta pandemia. Sabemos que o sacrifício que nos espera é

grande, que o que esta situação exige de nós é mais do que temos para dar. Ao nosso Governo pedimos que apoie esta classe nesta encruzilhada que se aproxima, que adopte meios de trabalho que nos permitam salvar a população e proteger-nos a nós como seres humanos, pais, filhos" declarou ainda o presidente da Associação dos Médicos de Moçambique que pediu ainda a

revisão do subsídio de risco.

O @Verdade apurou no Sistema Nacional de Saúde o subsídio de risco é de 15 por cento do salário base dos médicos que, para a maioria dos médicos em actividade ronda os 5 mil Meticals por mês sujeitos a desconto de 20 por cento do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS).

## Aumentam contactos dos oitos infectados pelo covid-19 em Moçambique

A propagação da covid-19 continuam confinada à Cidade de Maputo onde permanecem em isolamento domiciliar os oitos infectados pela pandemia, contudo aumentaram os contactos em acompanhamento pelo Ministério da Saúde (MISAU) de Moçambique.

Texto: Redacção



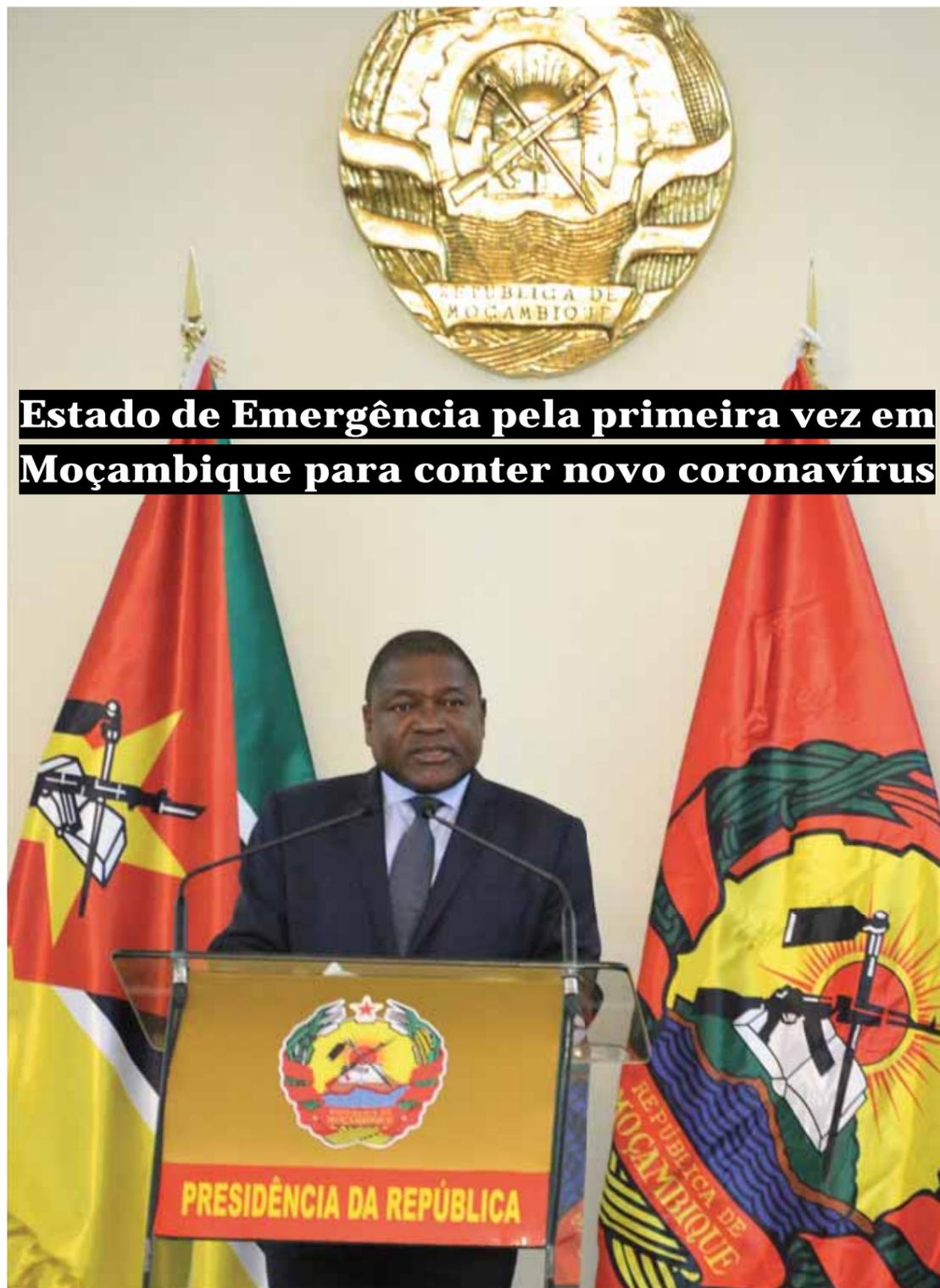
A Directora Nacional de Saúde Pública anunciou nesta segunda-feira (30) que pelo segundo dia consecutivo os casos suspeitos de covid-19 testados pelo Instituto Nacional de Saúde "todos revelaram-se negativos".

Moçambique continua com seis casos importados e dois de transmissão local, todos em isolamento domiciliar, no entanto os contactos destes doentes passaram de 103 para 124 em acompanhamento pelo MISAU.

A Dr. Rosa Marlene esclareceu que os oito infectados continuam a evoluir "positivamente" no entanto a avaliação para eventual alta médica só deverá acontecer após 14 a 21 dias de isolamento.

Cobertura em tempo real sobre pandemia  
#covid19 #Moçambique  
@DemocraciaMZ

 [twitter.com](https://twitter.com/DemocraciaMZ)  
[@DemocraciaMZ](https://twitter.com/DemocraciaMZ)



## Estado de Emergência pela primeira vez em Moçambique para conter novo coronavírus

No segundo dia sem registo de novos infectados pelo covid-19, com a pandemia do coronavírus confinada na Cidade de Maputo o Presidente Filipe Nyusi declarou pela primeira vez o Estado de Emergência em Moçambique. O @Verdade apurou que o regresso massivo de moçambicanos da África do Sul precipitou o agravamento das medidas de prevenção, que vão restringir os Direitos e Liberdades Constitucionais, mas que o Chefe de Estado fez questão de esclarecer não é "aquilo que os outros denominam de lockdown".

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 06](#) →

## Banco de Moçambique ignora CTA e tenta mitigar impacto do covid-19 no bolso do povo

Ignorando os "patrões", que desejam não pagar salários e INSS, o Banco de Moçambique (BM) aprovou nesta segunda-feira (30) novas medidas com o objectivo de mitigar o impacto da pandemia da covid-19 directamente no bolso do povo, como é a isenção do custo nas transferências nos serviços de moeda electrónica e-Mola, M-Pesa e mKesh até ao limite diário de 1.000 meticais.

Texto: Adérito Caldeira

Face a propagação ainda pequena do novo coronavírus em Moçambique a Confederação das Associações Económicas (CTA) pediu ao Governo para suspender os contratos de trabalho por 6 me-

ses, suspender o pagamento do Instituto Nacional de Segurança Social, diferir o pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado incidente sobre as vendas, moratória no pagamento de capital e

juros de empréstimos bancários por empresas e particulares e ainda a redução das taxas de juros da política monetária.

Enquanto o [continua Pag. 06](#) →



CA  
PAZES

A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

[twitter.com](https://twitter.com/verdademz)  
[@verdademz](https://twitter.com/verdademz)



**ANUNCIE AQUI**  
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail [averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)



O Jornal mais lido em Moçambique.

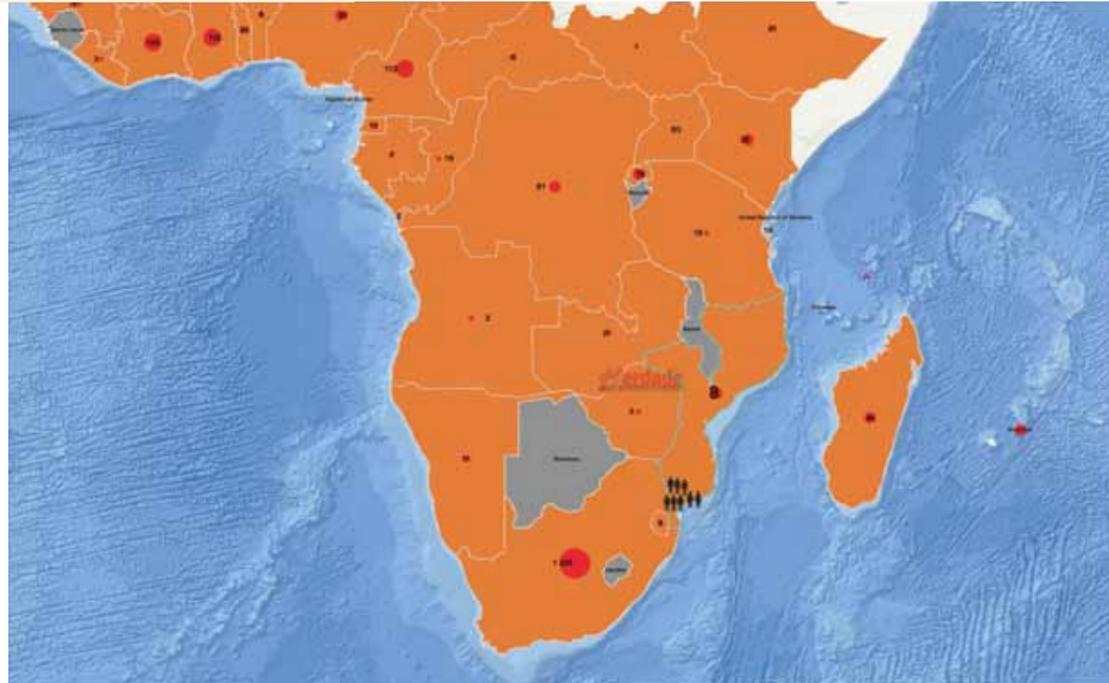
→ continuação Pag. 05 - Estado de Emergência pela primeira vez em Moçambique para conter novo coronavírus

Na sua terceira declaração à Nação sobre a situação da pandemia do novo coronavírus o Presidente Nyusi começou por declarar: "Orientados pelo interesse supremo de salvaguardar a saúde pública e de cada moçambicano e dos estrangeiros residentes no nosso país decidimos reforçar as medidas de prevenção para fazer face a esta pandemia, designadamente: submeter a quarentena obrigatória todas as pessoas que tenham viajado recentemente para fora do país ou tenham tido contacto com casos confirmados de covid-19".

"Proibir a realização de quaisquer eventos públicos ou privados (como cultos religiosos, actividades culturais, recreativas, desportivas, políticas, associativas, turísticas e de qualquer outra índole, exceptuando questões inadiáveis de Estado ou sociais); Limitar a circulação interna de pessoas, em qualquer parte do território nacional, disse limitar", enfatizou o Chefe de Estado.

O estadista anunciou ainda a limitação "da entrada de pessoas nas fronteiras terrestres, aeroportos e portos, exceptuando-se para razões de interesse do Estado, transporte de bens e mercadorias por operadores devidamente credenciados e situações relacionadas com a saúde".

"Encerrar os estabelecimentos comerciais de diversão ou equiparados, ou quando aplicável reduzir a sua actividade; Fiscalizar os preços dos bens essenciais para a população incluindo os necessários para a prevenção e combate a pandemia; Reorientar



o sector industrial para a produção de insumos necessários ao combate à pandemia; Adotar medidas de política fiscal e monetária sustentáveis para apoiar o sector privado a enfrentar o impacto económico da pandemia; Introduzir a rotatividade do trabalho ou outras modalidades em função das especificidades do sector público e privado; Garantir a implementação das medidas de prevenção estabelecidas pelo Ministério da Saúde em todas as instituições públicas e privadas", detalhou Nyusi.

Reconhecendo que o endurecimento das medidas de prevenção do covid-19 restringem os Direitos e Liberdades fundamentais dos moçambicanos o Chefe de Estado declarou o Estado de

Emergência, "que terá a duração de 30 dias, com início as 00 horas do dia 1 de Abril e término as 24 horas do dia 30 de Abril de 2020".

É expectável que nesta terça-feira (31) a Assembleia da República ratifique a declaração de Estado de Emergência, para validar a decisão presidencial nos termos da Constituição da República.

#### Moçambicanos regressados da África do Sul precipitaram Estado de Emergência

Não ficou claro se a 1ª sessão ordinária do Parlamento, que tem uma plenária marcada para o dia 2 de Abril onde deverá apreciar o Plano Quinquenal do Governo de Filipe Nyusi, enquadrar-se na categoria

de evento público sobre questões inadiáveis de Estado. É que a AR precisa também de aprovar o Plano Económico e Social assim como o Orçamento de Estado de 2020.

O Presidente da República disse que "estamos conscientes que as medidas que estamos a anunciar poderão impactar nas nossas vidas de forma negativa (...) porém mostram-se necessárias para proteger a vida de cada um de nós, dos nossos filhos, dos nossos familiares e de toda sociedade".

"Estamos na fase 3, a outra fase é que é a mais difícil, aquilo que os outros denominam de lockdown (confinamento total)" clarificou ainda o Chefe de Estado.

O @Verdade apurou que a neces-

sidade de declaração do Estado de Emergência surgiu após as autoridades terem permitido a entrada de quase 10 mil moçambicanos regressados da África do Sul, na semana passada, sem que nenhum tivesse sido testado ao covid-19 e principalmente pelo facto da maioria nem estar sequer em quarentena domiciliar obrigatória de 14 dias.

De acordo com os modelos actualizados de propagação da pandemia estes imigrantes moçambicanos representam um elevado risco de transmissão comunitária, entre eles é expectável que pelo menos 100 estejam infectados pelo novo coronavírus que, a serem confirmados, poderão infectar mais de 1000 pessoas em Moçambique nas próximas semanas, se nada for feito para conter a explosão de novos casos de covid-19.

Paradoxalmente o Chefe de Estado, que identificou alguns focos de propagação do covid-19 que se pretende ver contidos com este Estado de Emergência inicial (mercados formais e informais, transporte de passageiros, locais de diversão), não anunciou nenhuma medida para garantir que os milhões de moçambicanos que sobrevivem nesses locais vão ter condições para aceder a água potável, alimentos, medicamentos, sabão, javel...

Filipe Nyusi nem sequer disse como serão apoiados os pais e encarregados de educação dos mais de 8 milhões de alunos que têm de aceder ao sítio na internet do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, baixar e imprimir fichas de exercícios.

→ continuação Pag. 05 - Banco de Moçambique ignora CTA e tenta mitigar impacto do covid-19 no bolso do povo

Filipe Nyusi anunciava o Estado de Emergência durante 30 dias o Banco Central, que tentou reduzir o custo do dinheiro e fortalecer o metical na semana passada, aprovou novas medidas para reduzir o impacto económico da covid-19 direccionadas para o povo e que entram em vigor a 10 de Abril, por um período de 3 meses.

"As instituições de moeda electrónica (e-Mola, M-Pesa e mKesh) passam a não cobrar encargos e comissões nas transferências de cliente para cliente até ao limite diário de 1.000 meticais; O limite por transacção na carteira móvel é ajustado de 25.000 meticais para 50.000 meticais; O limite diário para transacções na carteira móvel é ajustado de 125.000 meticais para 250.000 meticais; O limite anual de transacções para os clientes de Nível I (tier I) na carteira móvel é ajustado para 400.000 meticais", refere um comunicado do BM.

O Banco de Moçambique decidiu ainda que: "Os bancos comerciais passam a não cobrar encargos e comissões para as transacções efectuadas através de canais digitais até ao limite diário de 5.000 meticais, para clientes singulares, excepto para o levantamento em ATM" a ainda instruiu para a redução "em 50% as comissões e os encargos nas transferências entre banco e instituição de moeda electrónica, para clientes singulares".

Tentando criar liquidez em dólares para que os importadores possam continuar a abastecer o mercado, particularmente em bens considerados essenciais, o Banco Central dispensou as instituições de crédito "de constituir provisões específicas para crédito em moeda estrangeira" até ao dia 31 de Dezembro de 2020.

## Machatine Munguambe deixa Tribunal Administrativo sem responsabilizar ninguém pelas dívidas ilegais

*O Presidente da República nomeou nesta segunda-feira (30) a procuradora-geral adjunta Lúcia Amaral para a presidência do Tribunal Administrativo (TA) em substituição de Machatine Munguambe, que avaliou negativamente todas as Contas do 1º mandato de Filipe Nyusi no entanto foi incapaz de responsabilizar um único funcionário do Estado pelas dívidas ilegais contraídas no 2º mandato de Armando Guebuza.*

Texto: Adérito Caldeira

Lúcia Buinga Maximiano do Amaral é mais antiga estudante da classe de 1975 da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane que ascende ao topo da magistratura em Moçambique.

Natural de Maputo e com 67 anos de idade, a recém nomeada presidente do TA é também outra das primeiras integrantes da Justiça em Moçambique tendo trabalhado nas brigadas de Justiça Popular, que memórias pouco agradáveis trazem.

Lúcia do Amaral é magistrada do Ministério Público desde os anos 80 contudo só em 1990 concluiu a licenciatura em Direito na Universidade Eduardo Mondlane.

Em 2004 foi indicada pelo partido Frelimo para o Conselho Constitucional (CC) depois de ter exercido os cargos de diretora pedagógica do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, conselheira da Embaixada de Moçambique em França, conselheira na Embaixada de Moçambique em Moscovo e de diretora-geral do Instituto Nacional de Assistência Jurídica.

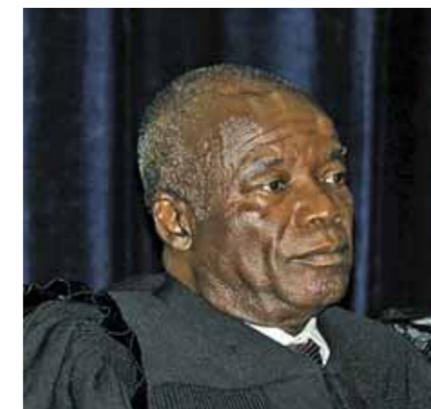


Desde 2009 que regressou ao Ministério Público, após um mandato como juíza conselheira do CC, onde ocupava o cargo de Procuradora-Geral Adjunta até à data da sua nomeação para o Tribunal que fiscaliza as Contas do Estado.

Machatine Paulo Marrengane Munguambe, nomeado por Armando Guebuza em 2009 e reconduzido para o cargo em 2014, estava fora de mandato desde Novembro do ano passado e deixa o TA sem conseguir responsabilizar os funcionários do Estado que sistematicamente violam as mais elementares e funda-

mentais leis de Moçambique.

O Tribunal Administrativo, sob a presidência de Munguambe, foi o primeiro órgão de soberania a assinalar a ilegalidade e inconstitucionalidade das dívidas contraídas pelas empresas Proindicus, EMATUM e MAM, ainda em 2013, no entanto foi incapaz de responsabilizar os funcionários Públicos que durante o 2º mandato de Armando Guebuza protagonizaram o maior assalto aos cofres do Estado da História de Moçambique.



## Actos processuais e procedimentos judiciais em regime de férias durante o Estado de Emergência

A ratificação pela Assembleia da República da Declaração do Estado de Emergência em Moçambique, entre 1 e 30 de Abril, condicionou o acesso à Justiça. Os actos processuais e procedimentos judiciais ficam em regime de férias judiciais, estão suspensos todos os prazos processuais administrativos assim como os prazos de prescrição e de caducidade relativos a todos os processos e procedimentos.

Texto: Redacção

“Durante o Estado de Emergência os actos processuais e procedimentos judiciais aplica-se o regime das férias judiciais, sem prejuízo dos actos urgentes, designadamente: as providencias cautelares, as que devem ser praticadas em processo em que estejam em causa Direitos Fundamentais ou os relativos a arguidos presos bem como os relativos a menores em risco”, indica a lei aprovada nesta terça-feira (31) pela Assembleia da República.

O dispositivo legal, aprovado por consenso de todas as bancadas parlamentares, estabelece que: “Ficam suspensos todos os prazos processuais administrativos, incluindo de procedimentos disciplinares pelo tempo que durar o Estado de Emergência”, e ainda estão “suspensos todos os prazos de prescrição e de caducidade relativos a todos os processos e procedimentos pelo tempo que durar o Estado de Emergência”.

Os representantes do povo conferiram poderes adicionais ao presidente do Tribunal Supremo, ao presidente do Tribunal Administrativo e a Procurador-Geral da República que “poderão tomar medidas adicionais julgadas adequadas no âmbito da prevenção do covid-19, podendo ser ouvida a Ordem dos Advogados de Moçambique”.

## Parlamento ratifica Estado de Emergência em Moçambique após mandar rectificar Decreto do Presidente Nyusi



A Assembleia da República ratificou no fim da noite desta terça-feira (31) a Declaração do Estado de Emergência em Moçambique, a partir das 00 horas do dia 1 de Abril, mas antes instruiu a ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos a rectificar o Decreto assinado por Filipe Nyusi que violava alguns Direitos Constitucionais dos moçambicanos e dava poderes excessivos ao Governo. Os deputados instruíram ao Governo a clarificar que a limitação da circulação de pessoas só irá acontecer “desde que se verifique o aumento exponencial de casos de contaminação” pelo novo coronavírus.

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 08](#) →

## Banqueiros em Moçambique aproveitam Estado de Emergência para ganhar dinheiro

Os banqueiros em Moçambique, que obtiveram lucros bilionários com a crise das dívidas ocultas, sem solidariedade nenhuma parecem querer ganhar dinheiro com a pandemia do covid-19. Ignorando o relaxamento da política monetária do Banco de Moçambique (BM) e o apelo do Presidente da República a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) decidiu rever em alta o custo do dinheiro aumentando a Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano.

Texto: Adérito Caldeira

No passado dia 22 o Banco Central relaxou pela primeira vez em muitos meses a sua política monetária reduzin-



do a “taxa de reservas obrigatórias sobre depósitos dos clientes dos bancos comerciais em moeda nacional e estrangeira em 150 pontos bases (1,50 pontos percentuais) para 11,50 por cento e 34,50 por cento”.

A expectativa do BM, torna-

da pública em comunicado, é “libertar dinheiro para os bancos comerciais aplicarem de forma rentável, incluindo maior disponibilidade para conceder crédito à economia; reduzir os custos dos bancos comerciais, o que pode permitir que os clientes negociem, com os seus bancos, taxas de juro mais favoráveis; reduzir outros custos ou encargos, geralmente cobrados pelos bancos aos seus clientes, em consequência da redução da taxa de reservas obrigatórias”.

Ademais o Banco de Moçambique autorizou “a não constituição de provisões adicionais pelas instituições de

crédito e sociedades financeiras nos casos de renegociação dos termos e condições dos empréstimos, antes do seu vencimento, para os clientes afectados pela pandemia do COVID-19, com efeitos a partir do dia 23 de Março até 31 de Dezembro de 2020”.

O objectivo do Banco Central com esta medida é estimular “os bancos a encontrar soluções de pagamento da dívida dos clientes afectados pelo covid-19, de acordo com a sua capacidade financeira”; permitir que as empresas ou consumidores afectados pelo novo coronavírus possam “negociar condições que lhes permitam pagar a dívida de acordo com a sua capacidade financeira”.

Em comu- [continua Pag. 08](#) →



Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com  
@verdademz



**ANUNCIE AQUI**  
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail [averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)



O Jornal mais lido em Moçambique.

→ continuação Pag. 07 - Parlamento ratifica Estado de Emergência em Moçambique após mandar rectificar Decreto do Presidente Nyusi

Passavam 26 minutos das 22 horas quando começou a inédita votação nominal da ratificação da Declaração do primeiro Estado de Emergência de sempre em Moçambique, como mais uma medida de prevenção da pandemia do covid-19: "Voto à favor" levantaram-se cada um dos 207 deputados presentes na plenária do Parlamento moçambicano.

A ratificação nunca esteve em causa mas a sessão, inicialmente agendada para as 16 hora, sofreu vários atrasos porque o Decreto que o Presidente Filipe Nyusi enviou à "Casa do Povo" violava o Direito dos moçambicanos à circulação, à reunião e de religião.

António Boene, deputado do partido Frelimo e presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e Legalidade, recomendou a representante do Governo de Nyusi, a ministra Helena Khida, rearrumar o Decreto Presidencial: "deslocação das alíneas a), b), c) e d) do artigo 4 para o artigo 3 (...) pelo facto de serem medidas limitativas dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos".

"As alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 4 devem clarificar as circunstâncias e condições em que tal limitação e im-

posição podem ocorrer", recomendou ainda Boene que emendou a palavra "monitorar" por "fiscalizar", na alínea h) do artigo 4 e substituiu no artigo 6 "crime de desobediência" por "sanção".



Para o deputado do maior partido de oposição, Venâncio Mondlane, "apesar de no cômputo geral a Renamo estar de acordo que é preciso implementar medidas restritivas, sob o ponto de vista legal havia sido cometida uma violação da Constituição da República".



"No artigo 172 a Constituição da República impõe em que condições é que se pode limitar Direitos individuais e também devem sempre ser apresentadas as bases legais que levam à restrição desse Direito..." argumentou representante do partido Renamo.

### "Limitação da circulação de pessoas desde que se verifique o aumento exponencial de casos de contaminação"

Fernando Bismarque, deputado e porta-voz do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), chamou atenção que "a Declaração de Emergência por causa da Pandemia covid-19, não deve ser usada para outros fins, como por exemplo, o desvio de recursos públicos à margem da Assembleia da República para alimentar os esforços da Guerra em Cabo Delgado".

"Apelamos, mais uma vez, para que, as medidas a serem adoptadas no âmbito do Estado de Emergência, devem ser proporcionais a situação em concreto, permitindo que a vida dos cidadãos não pare por completo, como por exemplo, o pequeno comércio formal e informal de quem depende milhares de compatriotas. Medidas musculadas contra a sobrevivência diária das famílias pode degenerar em convulsões sociais e recrudescimento do crime violento nas principais cidades do país", pediu o representante do MDM.

Ademais, porque o Decreto Presidencial era pouco claro e deixava muita margem de manobra para o Governo impor restrições a Direitos fun-

damentais sem ter competência para tal, o deputado Bismarque apelou ainda "ao Governo para falar sempre a verdade ao povo e manter o Parlamento informado sobre as medidas que vão sendo tomadas e que este parlamento tenha a oportunidade de as discutir. E deve clarificar com muita transparência sobre a limitação de circulação e confinamento de pessoas no território nacional, sem prejuízo das liberdades constitucionais e o combate a Pandemia".



Fundamentalmente a "Casa do Povo" impôs a rescisão do artigo 3 do Decreto Presidencial que passou a incluir 12 disposições que Filipe Nyusi queria deixar sob a alçada do seu Executivo.

Dentre as normas foi incluído o nº2 que estabelece. "Devem verificar-se ainda as seguintes medidas restritivas especiais, alínea a) Limitação da circulação interna de pessoas em qualquer parte do território nacional desde que se verifique o aumento exponencial de casos de

contaminação; b) Imposição de confinamento em domicílio ou em estabelecimento adequado, com objectivos preventivos, em casos de incumprimento das medidas impostas na alínea d) do número 1 do presente artigo".

Ratificado por 208 deputados o Estado de Emergência só estará formalmente em vigor quando for impresso em Boletim da República, acto que é suposto ter acontecido ainda durante a madrugada desta quarta-feira (01).

É expectável que nesta quarta-feira (01) o Executivo de Filipe Nyusi anuncie os detalhes todos das limitações que a vida dos moçambicanos vai sofrer nos próximos 30 dias, com destaque para a interdição a circulação e permanência na via pública salvo as deslocações consideradas necessárias e urgentes como deverão ser os casos da: aquisição de bens e serviços essenciais; prestação de serviços essenciais; obtenção de cuidados de saúde; entrega de bens alimentares ou medicamentos ao domicílio; assistência a pessoas vulneráveis; participação em acções de voluntariado; participação em actos públicos nas instituições em funcionamento; busca de serviços bancários; acesso ao local de trabalho, nos casos aplicáveis ou transporte de mercadorias.

→ continuação Pag. 07 - Banqueiros em Moçambique aproveitam Estado de Emergência para ganhar dinheiro



nicado o BM pretende "reduzir as provisões dos bancos comerciais e, por essa via, os custos inerentes a tais provisões" e com essa redução amortecer "a pressão para o aumento das taxas de juro dos empréstimos, aliviando o custo do financiamento das empresas e dos consumidores", além disso a expectativa é que as empresa e consumidores possam "renegociação da dívida pode evitar a falência e permitir o pagamento de despesas fixas ou inadiáveis".

adopção de "medidas de política fiscal e monetária sustentáveis para apoiar o sector privado a enfrentar o impacto económico da pandemia".

Apesar disso os banqueiros parecem mais preocupados com o lucro do que com a saúde pública e a sobrevivência dos moçambicanos e decidiram nesta terça-feira (31) aumentar o Prémio de Custo do dinheiro de 5,2 para 5,6 por cento e empurraram a Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano para

os 18,20 por cento, comparativamente aos 18 por cento em que se encontrava estagnada desde Outubro de 2019.

O Prémio de Custo do dinheiro em Moçambique, estabelecido pela Associação Moçambicana de Bancos, está fixada nos 5,2 por cento desde Novembro de 2018 e desde então nunca mudou.

Além de aumentarem o custo do dinheiro para o sector produtivo e as famílias os bancos comerciais estão a facturar com a desvalorização do metical que oficialmente vale 67,38 por dólar mas é transaccionado nos balcões para acima dos 68 meticais por dólar norte-americano.

Recorde-se que durante os quatro anos da crise das dívidas ilegais os principais bancos comerciais facturaram biliões enquanto os moçambicanos definhavam. Apenas o Banco Comercial e de Investimentos, o Standard

Spread padronizado de taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais						
Instituição	Empréstimos a Particulares		Empréstimos às Empresas		Leasing mobiliário	Leasing imobiliário
	Habitação	Consumo	Empréstimos de curto prazo (prazo até 1 ano)	Empréstimos de longo prazo (prazo acima de 1 ano)		
1. BCI	4.50%	4.50%	4.50%	5.25%	3.00%	4.50%
2. BIM	1.20%	4.75%	1.30%	1.78%	3.50%	1.20%
3. Standard Bank	2.25%	8.75%	2.00%	5.00%	3.00%	-
4. ABSA	2.75%	10.75%	0.00%	1.00%	5.00%	-
5. Banco Único	2.00%	8.50%	2.00%	2.50%	3.00%	1.50%
6. Moza Banco	5.00%	6.50%	2.00%	3.00%	5.00%	4.50%
7. FNB	1.00%	2.50%	1.50%	2.00%	2.00%	2.00%
8. ABC	4.00%	14.50%	5.00%	5.00%	7.75%	7.75%
9. BNI	-	-	2.00%	4.00%	-	-
10. Societé Generale	6.00%	10.00%	4.00%	3.00%	3.00%	3.00%
11. Banco Terra	4.00%	7.00%	2.00%	3.00%	-	-
12. Ecobank	4.00%	7.00%	3.00%	5.00%	-	-
13. Big	-	-	4.00%	4.50%	-	-
14. First Capital Bank	2.50%	10.00%	2.50%	3.00%	-	-
15. UBA	3.00%	3.00%	4.00%	5.00%	4.00%	4.00%
16. Banco Mais	5.83%	4.75%	4.00%	4.25%	-	-

Bank e o Millennium Bim tiveram juntos lucros superio-

res a 100 biliões de meticais entre 2016 e 2019.

Prémio de Custo do dinheiro em Moçambique não mexia desde Novembro de 2018

Nesta segunda-feira (30) o Presidente da República, durante a Declaração do Estado de Emergência, anunciou a

Descrição	Taxa
Indexante Único* (calculado pelo BM)	12,80%
Prémio de Custo (calculado pela AMB)	5,60%
Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (calculado pelo BM e AMB)	18,40%

\* O Indexante Único é calculado com base na informação referente ao período do dia 26 de cada mês até ao dia 25 do mês seguinte.

## Mais 22 mortos nas estradas de Moçambique

A Polícia da República de Moçambique (PRM) indica que pelo menos 22 pessoas morreram na semana passada em 23 acidentes de viação registados nas estradas nacionais.

Texto: Redacção

Grande parte dos sinistros rodoviários, registados entre os dias 21 e 27 de Maio, foram atropelamentos.

Segundo a PRM as principais causas dos acidentes de viação, que causaram pelo menos onze feridos, seis deles graves, foram a má travessia do peão, velocidade excessiva e a condução sob efeito do álcool.

## Jovem moçambicano e adulto sul-africano são nono e décimo casos positivos de covid-19 na Cidade de Maputo, contactos fora de controle em Moçambique



Embora ainda com casos esporádicos o novo coronavírus continua a propagar-se na Cidade de Maputo. "(...) Registamos o nono e o décimo casos positivos em Moçambique", anunciou nesta quarta-feira (01) a Directora Nacional de Saúde Pública que indicou que os novos doentes são um jovem moçambicano de 18 anos de idade que regressou recentemente de Portugal e o outro um indivíduo de nacionalidade sul-africana com mais de 60 anos de idade. A Dra. Rosa Marlene admitiu que os contactos destes novos doentes de covid-19 estão fora de controle.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 10 →

## Total e Eni não confirmam conteúdo local propalado pelo Instituto Nacional do Petróleo

O Instituto Nacional do Petróleo (INP) divulgou há poucas semanas que centenas de empresas em Moçambique já estão ligadas aos projectos de gás natural na Bacia do Rovuma. "Só para o projecto principal, Mozambique LNG, foram registadas na plataforma 1.400 empresas, das quais 427 são empresas registadas em Moçambique e 307 empresas detidas por moçambicanas" afirmou Carlos Zacarias que indicou existirem no projecto de Coral Sul FLNG "568 são empresas moçambicanas e já estão prestar serviços à Eni 220 empresas moçambicanas". Questionadas pelo @Verdade as petrolíferas Total e a Eni não confirmaram estes números. "Dão nos encomendas de canetas e camisetas, o grosso está a passar ao lado", revelou o representante da CTA na Província de Cabo Delgado.

Texto: Adérito Caldeira

Em conferencia de imprensa, no passado dia 12, o presidente do Conselho de Administração (PCA) do INP anunciou que dezenas de milhares de moçambicanos já estão a beneficiar dos projectos de gás natural em Cabo Delgado e centenas de empresas nacionais também.

"Só para o projecto principal, Mozambique LNG, foram registadas na plataforma 1.400 empresas, das quais 427 são empresas registadas em Moçambique e 307 empresas detidas por moçambicanas", declarou Carlos Zacarias que recordou "concordou-se pelo projecto liderado pela Total, o Mozambique LNG, que 2,5 biliões de dólares seriam alocados somente para empresas moçambicanas".

"Esse valor será gasto em serviços como transporte, inertes, cimento, etc. Desde valor foram já gastos cerca de 1 bilião de dólares, com empresas moçambicanas foram já gastos pelo projecto liderado pela Total



cerca de 500 milhões de dólares até este momento", especificou o PCA do INP.

Questionado pelo @Verdade sobre quantas dos fornecedores são empresas realmente de moçambicanos e dentre essas quantas são de moçambicanos da Província de Cabo Delgado o regulador do sector de petróleo e gás esclareceu: "está em

progresso a definição dos indicadores de desempenho para diversos aspectos relativos ao reporte de dados sobre a implementação de Conteúdo Local, uma vez que grande parte das empresas não registavam de forma discriminada o número de empresas Locais. Referir que serão abrangidas nesse aspecto 6 categorias nomeadamente: empresas locais (onde o projecto está implanta-

do), empresas detidas por nacionais (100% capital nacional), empresas moçambicanas (maioritariamente <51% capital nacional), empresas registadas em Moçambique (minoritariamente >51% capital nacional), empresas estrangeiras registadas em Moçambique, e empresas estrangeiras. Logo que o processo da desagregação da lista terminar iremos partilhar".

Adicionalmente o Instituto Nacional do Petróleo indicou ao @Verdade que "estão registadas na plataforma do Projecto Coral Sul FLNG cerca de 1000 empresas, das quais 568 são empresas moçambicanas e já estão prestar serviços à Eni 220 empresas moçambicanas".

**Algumas dessas empresas ditas moçambicanas nem presença física tem em Cabo Delgado**

O @Verdade efectou as mesmas perguntas as petrolíferas que lideram os con-

continua Pag. 10 →



A verdade em cada palavra.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no

twitter.com/verdademz



**ANUNCIE AQUI**  
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail [averdademz@gmail.com](mailto:averdademz@gmail.com)



→ continuação Pag. 09 - Jovem moçambicano e adulto sul-africano são nono e décimo casos positivos de covid-19 na Cidade de Maputo, contactos fora de controle em Moçambique

“Os resultados que temos do Instituto Nacional de Saúde indicam que até ao dia 1 de Abril de 2020 foram testados um total de 284 casos suspeitos, dos quais 17 nas últimas 24 horas. Dos novos testados todos revelaram-se negativos para o covid-19”, disse em conferência de imprensa a Directora Nacional de Saúde Pública, Dra. Rosa Marlene.

A responsável de Saúde Pública juntou que “como é do vosso conhecimento no nosso país existem algumas unidades sanitárias do sistema privado que também fazem testes do covid-19 em países estrangeiros, assim temos o registo de mais dois casos positivo, testados num laboratório na África do Sul. Com isto, hoje, registamos o nono e o décimo casos positivos em Moçambique”.

De acordo com a Dra. Rosa Marlene “um dos casos é de um indivíduo do sexo masculino com mais de 18 anos de idade, de nacionalidade moçambicano que regressou, recentemente de Portugal. O outro caso registou-se num indivíduo de nacionalidade sul-africana com mais de 60 anos de idade. As nossas equipas de vigilância estão a realizar a investigação com vista a obtenção de mais informa-



## PONTO DE SITUAÇÃO MOÇAMBIQUE 1 DE ABRIL 2020

Local de Testagem		Instituto Nacional de Saúde	Laboratórios Privados
Características	Casos de Testados (N=284)	Testados últimos 24 horas (N=17)	Casos de Testados (N=118)
<b>Sexo</b>			
Masculino	125	8	57
Feminino	126	9	53
Sem dados	33	0	4
<b>Nacionalidade</b>			
Moçambicana	190	16	81
Estrangeira	31	1	20
Sem dados	63	0	13
<b>Faixa etária</b>			
Criança	18	3	5
Adolescente	22	1	12
Adulto	187	13	84
Idoso	27	0	5
Sem dados	30	0	8

Local de Testagem		Instituto Nacional de Saúde	Laboratórios Privados
Características	Casos de Testados (N=284)	Testados últimos 24 horas (N=17)	Casos de Testados (N=118)
<b>Exposição</b>			
Proveniente de país afectado	24	2	25
Contacto com pessoa que regressou de país afectado	13	0	30
Contacto com pessoa com doença respiratória aguda grave	36	16	1
Contacto com caso confirmado positivo	191	0	1
<b>Resultados</b>			
SARS-COV 2 Positivo	6	0	4
SARS-COV 2 Negativo	278	17	36
Aguarda resultado	0	0	12

O NOSSO MAIOR VALOR É A VIDA

BOLETIM DIÁRIO COVID-19 N°15  
1 DE ABRIL DE 2020

gilância estão a realizar mais investigações no terreno com vista a obtenção de mais detalhes”.

“Um doente é da Cidade de Maputo, o outro ainda estamos a esclarecer com o Laboratório porque não fomos nós que realizou o teste, há umas questões que precisamos de caracterizar melhor os doentes” no entanto a Dra. Rosa Marlene admitiu que o actual número de indivíduos que contactaram com infectados na Cidade de Maputo, que ainda é de 124 contacto em acompanhamento, “vai mudar no seguimento dos dois casos novos que acabamos de anunciar”.

### Dois novos doentes podem ser de transmissão local e não se sabe quantas pessoas contactarem

O @Verdade apurou que embora a Directora Nacional de Saúde Pública tenha dado a entender que os dois novos infectados possam ser casos importados do covid-19 o Boletim Diário n° 15, compilado pelo Ministério da Saúde (MISAU), indica como características dos novos doentes um esteve em “contacto com pessoa com doença respiratória grave” e que outro esteve em “contacto com caso confirmado

positivo”. Ademais a relação dos casos suspeitos por serem “provenientes de país afectado” mantém-se inalterado há vários dias.

Recorde-se que a terceira doente infectada pelo novo coronavírus em Moçambique é uma cidadã sul-africana residente na Cidade de Maputo.

Para agravar o descontrole dos contactos destes dois novos infectados o @Verdade apurou que as recolhas das amostras para estes dois testes feitos pelo laboratório privado, que não foi identificado pela Directora Nacional de Saúde Pública, só podem ter acontecido há mais de 48 horas tendo em conta que as ligações aéreas com a África do Sul estão suspensas desde o passado dia 27 de Março.

Portanto o novo e o décimo doente de covid-19 terão realizados os testes mas não ficaram em isolamento, quicá terão ficado em quarentena domiciliar mas em contacto com um número desconhecido de outros cidadãos.

O @Verdade apurou ainda no Boletim Diário do MISAU n° 15 que existem 12 cidadãos a quem foi realizado o teste ao novo coronavírus em laboratórios privados não especificados e que aguardam resultados há vários dias.

→ continuação Pag. 09 - Total e Eni não confirmam conteúdo local propalado pelo Instituto Nacional do Petróleo

sórcios que vão explorar o gás natural no Campo de Coral Sul e Campo de Golfinho/Atum.

A Total em Moçambique, que assumiu o projecto do Campo de Golfinho/Atum inicialmente liderado pela Anadarko, esclareceu que “actualmente, temos 279 empresas de propriedade moçambicana ou registadas em Moçambique que fornecem bens e serviços ao Projecto”.

“Destas empresas, 157 são detidas por moçambicanos (propriedade moçambicana > 51%), sendo 20 empresas de Cabo Delgado, e 122 estão registadas em Moçambique (propriedade moçambicana <51%), das quais 16 em Cabo Delgado. Em colaboração com as autoridades governamentais, estamos a trabalhar para aumentar a identificação de empresas moçambicanas e temos estado a reiterar a necessidade de as empresas não registadas na plataforma Achilles (plataforma para cadastrar os nossos fornecedores) procederem ao seu registo na mesma para se fazerem conhecer”, acrescentou a petrolífera francesa. A Eni não respondeu aos pedidos de informação do @Verdade.

Contudo o presidente do Conselho Empresarial da Província de Cabo Delgado disse ao @Verdade que “existem algumas empresas de Cabo Delgado, mas não tem nada a ver com aqueles números apresentados pelo INP”.

Gulamo Abubakar recordou em contacto telefónico que as petrolíferas desvirtuaram a definição do que são empresas moçambicanas com a convicção do Governo. “Já nem sabemos efectivamente quais são as empresas moçambicanas, o Código Comercial diz uma coisa mas as petrolíferas definem de outra forma.

“O exemplo de Inhambane (em alusão ao impacto quase nulo da Sasol no desenvolvimento de ligações com empresas locais) aplica-se perfeitamente a Cabo Delgado, algumas dessas empresas ditas moçambicanas nem presença física tem” declarou o representante dos empresários na Província de Cabo Delgado que revelou que o pouco negócio vindo das petrolíferas são “encomendas de canetas e camisetes, o grosso está a passar ao lado”.

O @Verdade revelou que grande parte do bilião de dólares que o projecto Mozambique LNG, liderado pela Total, está a gastar é com empresas estrangeiras registadas em Moçambique.

## Moçambique não tem reserva de alimentos

O Conselho de Ministros garantiu nesta terça-feira (31) que Moçambique possui reserva de alimentos para 3 meses. Contudo há mais de 1 anos que cerca de 2 milhões de moçambicanos vivem sem comida, sobrevivem graças a ajuda do Programa Mundial da Alimentação que cessou em final de Março, a seca mantém a fome na Região Sul e o @Verdade apurou que as metas de produção das principais culturas alimentares falharam.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: PMA

Durante a 11ª sessão ordinária do Conselho de Ministros foi apreciada a Estratégia da Reserva Alimentar que, fazendo fé nas palavras do vice-ministro Filimão Suazi, indica que o país tem reservas alimentares suficientes para 3 meses havendo apenas urgência em importar farinha de trigo. Porém a Estratégia da Reserva Alimentar não foi tornada pública.

Em meados de Março o Programa Mundial da Alimentação (PMA) anunciou que a partir de 1 de Abril não poderia continuar a apoiar 1,8 milhão de moçambicanos em situação de emergência alimentar nas regiões afectadas pelo Ciclone Idai, devido a escassez de financiamento.

“Muitos são agricultores de subsistência cujas colheitas foram devastadas no ano passado e que não conseguiram replantar a tempo para este ano. A maioria tem níveis persistentes de “crise” ou “emergência” de insegurança alimentar, o que significa que não comem o suficiente, pedem emprestado o que podem de familiares ou amigos, procuram alimentos silvestres pouco nutritivos e continuam a precisar de ajuda externa para sobreviver”, indicou o PMA em comunicado de imprensa a 12 de Março.

A juntar a estes moçambicanos com falta de alimentos na Região Centro estão centenas de milhares de residentes dos distritos de Macomia, Mocimboa da



Praia, Palma, Nangade e Quissanga, devido a situação militar no Norte da Província de Cabo Delgado.

Além destes outro meio milhão moçam-

bicanos continua em “em stress alimentar” nas províncias de Gaza e Inhambane, de acordo com a Rede de Sistemas de Alerta Antecipado de Fome (FEWS) que em Março alertou que a insegurança alimentar iria tornar-se mais crítica até Abril. A mais recente edição da FEWS indica que no Sul de Moçambique “a maioria das colheitas falhou devido a uma terceira estação de seca consecutiva”.

Para agravar este cenário de falta de alimentos o Balanço do Plano Económico e Social de 2019 indica que não foram atingidas as metas de produção de milho, arroz, feijões e de amendoim.

Culturas	Real Campanha 2018		Plano 2019		Estimativas 2019		Realização (%)		Variação (%)	
	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)	Área (ha)	Prod (ton)
Milho	1,955,164.00	2,448,955.00	2,214,000.00	2,767,319.00	1,686,000.00	1,974,000.00	76.15	71.33	(13.94)	(19.30)
Mapira	325,836.00	262,669.00	336,000.00	270,540.00	335,600.00	270,500.00	99.88	99.98	3.00	2.98
Macaieira	61,778.00	36,156.00	63,000.00	36,879.00	63,000.00	36,900.00	100.00	100.06	1.98	2.06
Arroz	294,683.00	412,552.00	327,000.00	457,933.00	262,000.00	340,800.00	80.12	74.42	(11.09)	(17.39)
Trigo	15,300.00	13,370.00	15,000.00	13,370.00	15,300.00	15,300.00	102.00	100.22	-	0.22
<b>Total Cereais</b>	<b>2,656,761.00</b>	<b>3,173,702.00</b>	<b>2,955,000.00</b>	<b>3,546,050.00</b>	<b>2,361,900.00</b>	<b>2,635,600.00</b>	<b>79.93</b>	<b>74.32</b>	<b>(11.18)</b>	<b>(16.96)</b>
Feijões	807,024.00	484,215.00	880,000.00	527,794.00	822,800.00	482,200.00	93.50	91.36	1.95	(0.42)
Amendoim	580,296.00	348,178.00	621,000.00	372,550.00	572,100.00	343,300.00	92.13	92.15	(1.41)	(1.40)
<b>Total Leguminosas</b>	<b>1,387,320.00</b>	<b>832,393.00</b>	<b>1,501,000.00</b>	<b>900,344.00</b>	<b>1,394,900.00</b>	<b>825,500.00</b>	<b>92.93</b>	<b>91.69</b>	<b>0.55</b>	<b>(0.83)</b>
Mandoca	1,016,500.00	12,706,250.00	1,159,000.00	14,485,125.00	1,159,000.00	14,485,000.00	100.00	100.00	14.02	14.00
Batata doce	210,900.00	2,214,450.00	232,000.00	2,435,895.00	232,000.00	2,436,000.00	100.00	100.00	10.00	10.00
<b>Total de Raízes e Tubérculos</b>	<b>1,227,400.00</b>	<b>14,920,700.00</b>	<b>1,391,000.00</b>	<b>16,921,020.00</b>	<b>1,391,000.00</b>	<b>16,921,000.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>13.33</b>	<b>13.41</b>

Fonte: Dados Sectoriais (MASA), Janeiro 2020.

## Comissão Interministerial sem prazo para instalar Órgãos de Representação do Estado nas províncias

A Comissão interministerial para Instalação de Órgãos de Representação do Estado na Província e dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial (CIOREPOGD), em funções desde o passado dia 2 de Março, apenas tem prazo colocar a funcionar a Secretaria de Estado da Cidade de Maputo. As restantes dez Secretarias de Estado não tem prazo para estarem a funcionar em pleno.

Texto: Redacção

Composta pelos ministros da Administração Estatal e Função Pública, Economia e Finanças, Negócios Estrangeiros e Cooperação, Justiça, Interior e Obras Públicas a CIOREPOGD foi criada com o objectivo de "proceder a partilha de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, dos extintos Governos Provinciais entre os Órgãos de Representação do Estado na Província e dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial".

O @Verdade apurou que para além da transição de recursos humanos,



financeiros e patrimoniais a CIOREPOGD vai propor a "actualização das normas protocolares garantindo a integração dos novos órgãos; debruçar-se sobre aspectos de protecção e segurança; e propor a construção e/ou reabilitação de edifícios para o funcionamento e residência".

No entanto o @Verdade descortinou, no Boletim da República que formaliza a entrada em funcionamento da Comissão interministerial para Instalação de Órgãos de Representação do Estado na Província e dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial, através do Decreto Presidencial 8/2020, que apenas foi fixado um prazo de 6 meses para que seja finalizado o processo de instalação dos Órgãos de Representação do Estado na Cidade de Maputo. Para as restantes províncias o processo não tem prazo máximo para ser efectivado.

## Estado de Emergência para prevenir o covid-19 será um privilégio para poucos moçambicanos

O coro de vozes que se junta pressionando ao Presidente da República para que declare o Estado de Emergência e coloque em casa durante vários dias 30 milhões de moçambicanos alheia-se ao irrealismo da decisão num país onde 20 milhões de cidadãos tem de sair de casa para buscar água todos os dias, onde só cerca de 1 milhão de pessoas tem o salário garantido todos os meses e os restantes têm de pelo menos ir a machamba para que a comida não falte.

Texto: Adérito Caldeira

A classe média alta, a Sociedade Civil de Maputo, o Conselho de Estado e até o presidente do partido Renamo, que vive num hotel de luxo, fazem coro e pressionam ao Presidente Filipe Nyusi para que declare o Estado de Emergência como medida de prevenção da propagação do novo coronavírus que ainda tem os seus epicentros na capital moçambicana.

Estes privilegiados que vivem em casas de alvenaria, com água na torneira, sistema de saneamento, electricidade, emprego onde ganham o equivalente a muitos salários mínimos e podem dar-se ao luxo de fazer "rancho mensal" esquecem que ficar fechado em casa mais do que 1 dia pode significar a morte para a maioria dos moçambicanos.

Em Moçambique quase 25 milhões de pessoas não tem água potável na torneira

ra e todos os dias têm de ir ao fontanários, poço ou mesmo disputar com os crocodilos o acesso ao precioso líquido para beber, cozinhar e quicá fazer a sua higiene.

Não poder sair de casa significa que quase 7 milhões de moçambicanos não poderão obter o sustento diário e colocar comida no prato pois no nosso país somente 1,2 milhão de pessoas tem emprego com contrato e salário ao fim do mês na Função Pública e no sector privado.

O distanciamento social que é apregoado pelas autoridades de Saúde é uma utopia para mais de 20 milhões de moçambicanos que vivem em habitações precárias de adobe, paus maticados ou caniço na maioria dos casos sem divisórias físicas no seu interior.



Aliás imaginando que o novo coronavírus já esteja espalhado entre nós, pelos vários cidadãos assintomáticos que entraram vindos dos países vizinhos e da Europa, confinar os moçambicanos pode significar propiciar a partilha da infecção entre os membros da mesma família como é comum acontecer durante os cíclicos surtos de cólera que Moçambique regista.

### Divulgação

## Tmcel disponibiliza pacotes de dados para apoiar estudantes em quarentena

Tendo como referencial o quadro actual da pandemia do COVID - 19, e enquadrado nas medidas de prevenção anunciadas pelo Governo, a Moçambique Telecom, SA-Tmcel disponibiliza pacotes de dados móveis personalizados para 30 dias. O propósito principal é apoiar os jovens estudantes a darem continuidade com os estudos e pesquisas durante o período em que permanecerão em casa, bem como o acesso à informação disponibilizada pelas autoridades competentes relativas à contenção do Covid-19.

Texto: www.fimde semana.co.mz

Na prestação deste serviço não é imposta nenhuma condição, bastando para tal ser cliente pré-pago e possuir crédito no telemóvel. Para beneficiar-se desta oferta os clientes pré-pago poderão aceder ao menu \*219# e subscrever a um dos três pacotes disponíveis por um mínimo de 25 meticais.

"A nossa oferta foi concebida pensando especialmente nos estudantes, que por imperativo das medidas do Governo no âmbito da prevenção contra o COVID-19 terão de ficar em casa. Entretanto, não

a limitamos pensando também na melhoria do bem-estar das famílias que ficarão igualmente confinadas em casa por tempos superiores aos desejados", referiu Márcia Wiehle Fenita, directora executiva Comercial da Tmcel.

Acrescentou ainda que "os nossos clientes e estudantes universitários com contrato pós-pago, gozam do privilégio de ter acesso à internet de forma contínua pelas características do pacote. Por sua vez, o pré-pago funciona à base de compra de recargas, acto que de certa forma

fica condicionado na medida em que exige a deslocação às lojas da Tmcel ou revendedores autorizados quando não dispõem de serviços digitais".

Com esta oferta todos os clientes móveis pré-pago terão à sua disposição pacotes de dados a partir de 25 meticais, podendo ser usados dentro de 30 dias. Para os clientes que usam os serviços de internet fixa a operadora tem em curso um plano de operação e manutenção da rede com vista a assegurar os níveis de serviço contratados.

## Estado de Emergência pelo "elevado risco da rápida propagação comunitária" da covid-19 em Moçambique

"Devido ao elevado risco da rápida propagação comunitária" da pandemia covid-19 que entrou na fase intra-epidémica em Moçambique o Conselho de Estado, empossado nesta sexta-feira (27), reuniu e aconselhou ao Presidente da República "a enveredar pela declaração do Estado de Emergência". Aguarda-se o posicionamento do Chefe de Estado que, se decidir declarar o Estado de Emergência, deverá ainda submeter a sua decisão à ratificação da Assembleia da República.

Texto: Adérito Caldeira



Composto por Esperança Bias, Lúcia Ribeiro, Verónica Macamo, Alcinda de Abreu, Felizarda da boaventura Paulino; Maria Massamba, Jamisse Taimo, Aminuddin Mohamad, Juliano Picardo, Abdul Ibraimo, Alberto Chipande, Eduardo Nihia, Daviz Simango e Ossufo Momade a 1ª reunião do 2º mandato o Presidente Filipe Nyusi teve como ponto único de agenda a situação do novo coronavírus que já infectou sete cidadãos no nosso país.

"Devido ao elevado risco da rápida propagação comunitária da covid-19, o Conselho de Estado aconselhou ao Chefe do Estado a enveredar pela declaração do Estado de Emergência, nos termos da alínea b) do artigo 165, da Constituição da República de Moçambique, conjugado com a alínea b) do artigo 2, da Lei nº 5/2005 de 1 de Dezembro, que regula a organização do Conselho de Estado e define o estatuto de seus membros", indica um comunicado da Presidência da República.

O comunicado refere ainda que este órgão de consulta do Presidente Filipe Nyusi saudou "aos profissionais da saúde que não têm poupado esforços no cumprimento da sua missão", saudou "ao Governo pela criação da Comissão Técnica Científica de Resposta a covid-19 e encorajar que continue a desenvolver, com zelo e profissionalismo o seu trabalho", agradecer "ao povo moçambicano que, consciente do contexto actual, tem acatado as recomendações emanadas pelo Governo, apelando que se continue a massificar a educação civico-sanitária", e ainda reconhecer "o trabalho das congregações religiosas, apelando-as a reforçarem as medidas preventivas, junto dos seus fieis e cidadãos, em geral".

Constitucionalmente o Presidente Nyusi pode declarar o Estado de Emergência por um período de 30 dias que são prorrogáveis por iguais períodos até três.

Após a declaração do Estado de Emergência o Chefe de Estado deve submeter o documento à Assembleia da República para ratificação num prazo máximo de 48 horas.

## Governo de Nyusi foi incapaz de construir um único hospital em 2019

Apesar das medidas preventivas que Moçambique tem estado a impor para prevenir mitigar o impacto da pandemia do covid-19 as autoridades de saúde são realistas em afirmar que os doentes vão aumentar e, no pior cenário, mais de 200 infectados poderão ter de ser internados. Com um hospital para 10 mil moçambicanos o @Verdade apurou que Governo de Filipe Nyusi foi incapaz de construir um único hospital em 2019.

Texto: Adérito Caldeira

No último ano do seu 1º mandato Filipe Nyusi propôs-se a edificar 16 unidades sanitárias que não tinha conseguido erguer durante os 4 anos anteriores, porém o @Verdade apurou no Balanço do Plano Económico e Social (PES) de 2019 que nenhuma foi concluída.

A reabilitação do Hospital Geral da Beira é, de acordo com o PES governamental, uma “obra em curso a um progresso lento com 7,3 por cento de execução física”.

Um pouco mais avançado está o Hospital Geral de Nampula que tem um “progresso lento a 40 por cento de execução física e em revitalização”.

A obra do Hospital Provincial de Lichinga está em “fase O” indica o documento que ainda refere que “obra em curso, a um progresso lento com 18 por cento de execução física”.

O Hospital Provincial na Maxixe está “a um ritmo satisfatório com 62 por cento de execução física”.

O Hospital planeado para o Distrito de Guro ainda não saiu do papel enquanto o do Distrito de Pebane está com a obra paralisada a 5 por cento.

Em progresso “lento” estão as construções dos hospitais distrital do Gilé e de Macomia.

Ainda de acordo Balanço do PES de 2019 só estão em ritmo satisfatórios as obras dos hospitais distritais de Cuamba, Mocimboa da Praia, Machaze, Massinga, Jangamo, Macia, Gilé e Montepuez.

São estes os hospitais que, aproveitando a pandemia do covid-19, o Executivo de Nyusi quer colocar os Parceiros de Cooperação a pagarem a conclusão das obras.

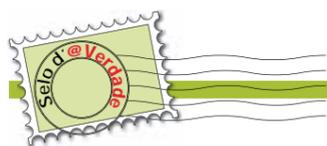
O Inventário Nacional sobre a Disponibilidade e Prontidão de Infra-estruturas, Recursos e Serviços de Saúde indica que: “O rácio médio nacional é de menos de uma Unidade Sanitária por 10.000 habitantes”.

Balanço do Plano Económico e Social – 2019

PRIORIDADE IV: DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS							
Objetivo Estratégico (4E) Expandir a Rede de Infra-estruturas Sociais, da Administração Pública, da Justiça e de Formação Profissional							
Programa SAU 36: Infra-estruturas Sociais							
NP de Ordem	Ação	Indicador de Produto	Meta Física Anual	Realização da Meta Física	% de Realização Anual	Localização	Ponto de Situação
163	Iniciar a construção e Prosseguir com a ampliação de Hospitais Distritais (HDs) nas Províncias	Porcentagem de obras ampliadas (fase da obra 20%)	100%	80%	80%	Zambézia: HD de Oité	Meta Parcialmente Cumprida: Obra em curso, a um ritmo satisfatório, com 80% de execução física
		Porcentagem de obras ampliadas (fase da obra 0%)	60%	0%	0%	Manica: HD de Guro	Meta não Cumprida: Fricção do contrato por incumprimento dos prazos
164	Iniciar, Prosseguir com a construção e a reabilitação dos Hospitais Gerais (HG)	% de obra contratada (fase da obra 0%)	50%	7,3%	15%	HG Beira	Meta não Cumprida: Obra em curso a um progresso lento com 7,3% de execução física
		Porcentagem de obras ampliadas (fase da obra 12%)	100%	40%	40%	Nampula: HG de Nampula	Meta não Cumprida: Obra em curso, com progresso lento a 40% de execução física e em revitalização
167	Prosseguir a Construção e Iniciar a ampliação/reabilitação de Hospitais Provinciais (HPs)	Porcentagem de obras ampliadas (fase da obra 0%)	40%	18%	45%	Namao: HP de Lichinga	Meta não Cumprida: Obra em curso, a um progresso lento com 18% de execução física
		Porcentagem de obras ampliadas (fase da obra 12%)	75%	62%	83%	Inhambane: HP na Maxixe	Meta Parcialmente Cumprida: Obra em curso, a um ritmo satisfatório com 62% de execução física

Balanço do Plano Económico e Social – 2019

PRIORIDADE IV: DESENVOLVER INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS							
Objetivo Estratégico (4E) Expandir a Rede de Infra-estruturas Sociais, da Administração Pública, da Justiça e de Formação Profissional							
Programa MEC38: Infra-estruturas Sociais							
NP de Ordem	Ação	Indicador de Produto	Meta Física Anual	Realização da Meta Física	% de Realização Anual	Localização	Ponto de Situação
168	Continuar a implementação do Programa de Construção de Infra-estruturas Escolares	Número de Salas construídas para o Ensino Primário	766	614	80%	Namao (37), C. Delgado (41), Nampula (71), Zambézia (53), Tete (81), Manica (10), Solita (59), Inhambane (57), Gaza (52), Maputo Prov (51), Maputo C (6)	Meta Parcialmente Cumprida: Em de 2019 foram construídas 614 salas
		Número de Escolas construídas para o Ensino Secundário	22	20	91%	C. Delgado (1 escola), Namao (1 escola), Zambézia (1 escola), Solita (1 escola), Tete (2 escolas), Manica (2 escolas), Inhambane (11 escolas), Gaza (2 escolas)	Meta Parcialmente Cumprida: 20 escolas secundárias com um total de 14.740 alunos matriculados beneficiando 14.740 alunos do ensino secundário
169	Concluir a reabilitação e aperfeiçoamento das Instalações do Ensino Técnico Profissional	Número de Infra-estruturas reabilitadas e aperfeiçoadas	4	4	100%	Solita (Escola Industrial e Comercial da Beira), Instituto Industrial e Comercial da Beira, Instituto Industrial e Comercial Eduardo Mondlane de Inhambane e Instituto Agrário de Maxixe. Em curso a montagem dos equipamentos nas oficinas e laboratórios	Meta cumprida: Concluídas as obras de reabilitação em 4 instalações do Ensino Técnico Profissional nomeadamente: Escola Industrial e Comercial da Beira, Instituto Industrial e Comercial da Beira, Instituto Industrial e Comercial Eduardo Mondlane de Inhambane e Instituto Agrário de Maxixe. Em curso a montagem dos equipamentos nas oficinas e laboratórios
170	Concluir a construção de Instalações do Ensino Técnico Profissional	Número de Infra-estruturas concluídas e aperfeiçoadas	2	2	100%	Maputo (Hotel Escola do Instituto Comercial de Maputo) e Inhambane (Hotel Escola do Instituto Industrial e Comercial Eduardo Mondlane Inhambane)	Meta cumprida: Concluída a construção do Hotel Escola do Instituto Comercial de Maputo. Em curso a montagem do equipamento e mobiliário do hotel. Concluída a construção e o aperfeiçoamento do Hotel Escola do Instituto Industrial e Comercial Eduardo Mondlane Inhambane. Feita a entrega provisória da obra



## A crise de relações familiares

A FAMÍLIA constitui “um” centro de aprendizagem e construção de todo o ser humano. É um laço que estabelece um contacto imensurável entre diferentes pessoas unidas e que, geralmente, trabalham de forma coordenada e limitadas através de um conjunto de normas de conduta, algumas das quais são estabelecidas e transmitidas em público e outras são ocultas.

Hoje em dia, a família, disputa suas responsabilidades com outros agentes de socialização que, inevitavelmente, também têm a dura tarefa de moldar a conduta do ser humano e torná-lo útil à sociedade em que se encontra inserido. Tais agentes de socialização são: as congregações religiosas, as escolas, as redes sociais, etc. Hoje vamos dar um olhar às crises que emergem no dia-a-dia das famílias moçambicanas, especialmente nas da zona sul de Moçambique.

A necessidade de trabalhar para garantir o pão de cada dia, certamente, exige pais e encarregados de educação a deixarem seus filhos ou educandos sob mera responsabilidade de seus empregados domésticos ou das instituições de ensino para crianças (centro infantil). Estes exercem o

seu papel de educador, embora com algumas reservas. Ora vejamos que existe sempre um vínculo insubstituível entre a cria e o criador. Deste vínculo resulta um afecto inexplicável que permite compreensão mútua, maiores chances de a cria desejar imitar o criador, seguindo os seus passos. Ainda podemos destacar algumas componentes indispensáveis a cria: a educação, o carinho, a atenção, o amor, etc.

Este distanciamento forçado pelas necessidades da vida culmina com o surgimento de uma determinada crise nas relações familiares. Isto cede um espaço para aquisição de novos valores culturais por parte das crianças, adolescentes e jovens, visto que acabam gastando maior parte do seu dia nas redes sociais, programas televisivos e radiofónicos, revistas de moda, etc.

Com isto, inevitavelmente, vai se construindo um novo indivíduo, o virtual-imitador. Este processo não é observável a curto prazo, podendo se perceber as respectivas implicações negativas a partir dos quinze (15) anos de idade, quando o adolescente ou o jovem começa a assumir o desejo de concretizar suas fantasias e matar suas curiosi-

dades, provando novas coisas.

Esta deficiente capacidade da família exercer o seu papel na formação do Homem, deixa graves lacunas que nenhum outro agente de socialização consegue preencher. Por conta disto, surge um Homem diferenciado e que depois de um longo tempo, deverá se enquadrar ao contexto cultural padrão por obrigações morais. O que me atrevo a afirmar que é quase impossível.

A camada juvenil, segundo dados recentes, ocupa aproximadamente setenta por centos (70%) da população moçambicana, sendo, por isso, o epicentro do desenvolvimento familiar, comunitário, distrital, provincial ou nacional. É nesta fase que se forma o Homem que vai assumir o papel decisivo de adulto na sociedade da geração vindoura. Mas, na verdade, é uma fase muito complexa e conflituosa. Complexa porque é, consideravelmente, vulnerável às influências de terceiros ou de um determinado contexto observado ou revelado e é conflituosa porque é nesta fase que nasce a vontade de distanciar-se dos pais para colher novas experiências de vida, sejam académicas, amorosas, profissionais, etc. Este inevitável

afastamento, geralmente, induz os pais e encarregados de educação a reduzirem ou eliminarem os benefícios que vinham atribuindo para seus filhos ou educandos. É importante destacar que, apesar de algumas asneiras cometidas, merecem total apoio moral e parcial apoio financeiro (que deve ser determinado pelas capacidades de oferecer e de ser bem gerido por quem lhe é dado) e orientação para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência de conflitos sociais entre diferentes gerações.

Importa referir que dois (2) grandes factores concorrendo para a transformação do ser humano em inculco, nomeadamente: a existência de uma considerável estabilidade financeira ou o alcance de um considerável grau de formação académica. Mas os agentes de socialização tem por objectivo moldar e controlar a conduta do ser humano, enquanto membro de um determinado grupo de seres semelhantes.

Não obstante, as necessidades de compreender o mundo avolta, aliada as capacidades de carácter individual, permitem a diferenciação de cada um, o que nos remete a admitir que existem outros factores que tornam o indivíduo

único pelas suas qualidades. Eventualmente, isto nos coloca a perceber que é insubstituível o papel da família na formação do Homem, permitindo que haja homogeneidade cultural (convergência de valores, princípios, crenças, regras de convivência, conservação da identidade, etc.).

Hoje em dia assistimos casos em que os jovens sofrem fortes tendências de viverem a vida real de forma virtual e vice-versa. Isto é reflexo de ruptura de cumprimento do papel da família na construção do ser humano.

A família, naturalmente, tem o poder de oferecer apoio emocional, moral e financeiro. Três (3) grandes factores indispensáveis na vida do ser humano, enquanto membro de um agrupamento de seres semelhantes. É por esta e outras razões que o exercício do papel da família constitui um passo inquestionável e crucial, apesar das diversas dificuldades que a vida nos impõe. Mais vale investir muito para educar o ser humano enquanto menor de idade, para evitar castigá-lo pelos erros a cometer futuramente.

Por Basílio Macaringue

## Maputo tem suficiente sabão para responder à crescente procura

O sector da Indústria e Comércio, ao nível da cidade de Maputo, assegura existirem, no mercado, quantidades suficientes de sabão para responder à crescente procura que se regista nos últimos dias, visto tratar-se de um produto acessível cujo uso é recomendado para a prevenção e combate ao novo Coronavírus.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

A garantia foi dada na sexta-feira, 27 de Março, pelo director da Indústria e Comércio da Cidade de Maputo, Sidónio dos Santos, depois de uma visita efectuada a uma unidade de produção de sabão, com uma capacidade instalada de 8.5 toneladas por dia.



Neste momento, conforme explicaram os gestores, a fábrica tem armazenadas 120 mil toneladas de sabão, quantidade suficiente para abastecer o mercado nacional por um período de seis meses, sem contar com as que ainda estão a ser produzidas.

“Tendo em conta as medidas anunciadas no âmbito das acções de combate e prevenção do Coronavírus, a empresa parou de exportar duas mil toneladas deste produto para Malawi, Zimbábue e Zâmbia, o que vai, certamente, contribuir para o aumento da oferta no mercado nacional”, disse Sidónio dos Santos.

Para além da fábrica de sabão, o director da Indústria e Comércio da Cidade de Maputo visitou os principais supermercados da capital do País para se inteirar do nível de implementação das medidas de prevenção, bem como controlar os

preços praticados.

Sidónio dos Santos, que se fazia acompanhar por inspectores da Inspeção Nacional das Actividades Económicas (INAE), disse ter constatado, com satisfação, o cumprimento das medidas de prevenção do Coronavírus e a disponibilidade de produtos básicos, com destaque para os de origem nacional.

“A maior parte dos estabelecimentos está a acatar as medidas de prevenção, disponibilizando os produtos (álcool à base de gel, desinfectante ou sabão) aos clientes à sua entrada para a lavagem das mãos”, afirmou o director.

Relativamente aos produtos, Sidónio dos Santos referiu que os estabelecimentos passaram a fazer a reposição do stock diária e mensalmente, dependendo da procura, aumentando, dessa forma, a sua disponibilidade no mercado.

## Margarida Talapa monitora prevenção do covid-19 na fronteira de Ressano Garcia

No âmbito da monitoria das medidas de prevenção do COVID 19, uma equipa multisectorial chefiada pela Ministra do Trabalho e Segurança Social, Margarida Adamugy Talapa, deslocou-se, na última sexta-feira, dia 27 de Março, à fronteira de Ressano Garcia, com vista a se inteirar do movimento migratório, em virtude de o governo sul-africano ter decretado 21 dias de quarentena obrigatória. A titular do Trabalho e Segurança Social fazia-se acompanhar pela Vice Ministra de Saúde, Lídia Cardoso, pelo Vice-Comandante Geral da PRM, pela Directora Geral do INGC e pela Directora Geral do SENAMI. A esta equipa, juntou-se uma outra que se encontrava no local desde o dia anterior, encabeçada pelo Vice-Ministro do Trabalho e Segurança Social, para além de ter contado ainda com a participação da Secretária de Estado da Província de Maputo.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Nesta visita, a delegação constatou que a situação na fronteira de Ressano Garcia está calma e controlada, que os técnicos multisectoriais estão a interagir com os sul-africanos.

Do registo de movimento migratório de mineiros, trabalhadores das farmas, informais e outros, verificou-se que, no dia 26 de Março, foi registado o movimento migratório de 7.235 pessoas das quais 5.415 foram entradas e 1.820 saídas e que, no dia 27 de Março, foi registado o movimento de 6.483 pessoas, dos quais 6.331 foram entradas, destes 2.337 são repatriadas e 152 saídas.

A delegação verificou ainda que o pessoal de Saúde no local possui equipamento necessário de rastreio e de prevenção, nomeadamente termómetros para medição de temperatura, máscaras de protecção, álcool, gel para desinfectar as mãos, entre outros.

Constatou ainda que todos os cidadãos que entraram no país foram rastreados e que não houve casos de suspeita, tendo sido acauteladas as medidas de prevenção estabelecidas pelo Governo de Moçambique e que o movimento migratório só é efectuado mediante a apresentação de senha de rastreio emitida pela equipa da Saúde.



A delegação observou ainda que, nas primeiras horas de sexta-feira, registou-se uma pressão resultante da tendência dos repatriados serem atendidos em primeiro lugar e que a fronteira do lado sul-africano foi encerrada por volta das 13:30h, contrariamente, à decisão inicial de se encerrar às 0h;

A TEBA informou que até, à presente data, não havia registo de mineiros moçambicanos contaminados com o COVID 19 e que, posteriormente, enviará os dados dos mineiros que regressaram ao país com a indicação do destino final dos mesmos.

Face às constatações acima apresentadas, a Ministra do Trabalho e Segurança Social, fez as seguintes recomendações: “Os órgãos locais devem

realizar o trabalho de sensibilização sobre as medidas de prevenção às populações da cidade de Maputo e Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane; que se deve continuar com a vigilância às pessoas que entraram no país em coordenação com as autoridades locais e se continuar em prontidão no terreno, com vista a se evitar situações inesperadas e manter a vigilância”.

Finalmente, a Ministra do Trabalho e Segurança Social saudou o esforço colectivo das diferentes instituições, que intervêm no atendimento dos migrantes, tendo encorajado a continuidade do trabalho dentro de espírito de equipa, coesão e lamentou a onda de desinformação, através de mensagens e vídeos que não reflectem a realidade.

# ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail  
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

## Abastecimento de água 24 horas nos municípios de Maputo, Matola e Boane

A empresa Água das Região de Maputo (AdeM) passa a fornecer água potável 24 horas por dia, desde sexta-feira, 27 de Março, a cerca de 13 mil clientes, nas cidades de Maputo, Matola e a vila municipal de Boane, na província de Maputo.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se da materialização do "Projecto de Abastecimento de Água 24 Horas", enquadrado no Programa Acelerado Integrado de Redução de Perdas (PAIRP), que prevê o fornecimento de água a um total de 30 mil clientes, até ao final do presente ano.

João Francisco, director da Área Operacional da Matola, disse que com o projecto pretende-se que gradualmente se forneça água a cerca de 30 mil clientes, localizados nos bairros de Djonasse, Djuba, Matola-Rio, Beleluane, Trevo, Machava-Sede, Acordos de Lusaka, Tchumene bem como a área operacional de Laulane e a Vila Olímpica, Central C, Alto Maé e Costa do Sol.

"Está previsto para este ano cobrir mais 17 mil clientes



na nossa carteira e esperamos que até ao fim do ano tenhamos 30 mil clientes a receber água 24 horas por dia. A nossa expectativa até 2023 é de que cerca de 200 mil clientes já tenham água de forma contínua, o que representa aproximadamente 50 por cento daquilo que é da nossa carteira de clientes", explicou João Francisco.

Por sua vez, Isabel Zandamela, residente no bairro Djuba, referiu que receber água 24 horas por dia, já é uma realidade.

"Esta iniciativa vai ajudar as pessoas que não têm condições para comprar água mineral, pois já temos água potável para o

consumo. No âmbito das acções de prevenção do novo Coronavírus nós precisamos de água para lavar as mãos constantemente", disse Isabel Zandamela.

Félix António, igualmente beneficiário, disse estar satisfeito pelo facto de a AdeM passar a fornecer água 24 horas por dia aos residentes do bairro pois isto vai melhorar a qualidade de vida de cada utente.

"Estou satisfeito por estarem a fornecer água sem interrupções. Antes não tínhamos este benefício. Agora já é uma realidade e 24 sobre 24 a água sai limpa. É motivo de alegria", manifestou-se Félix António.

Importa referir que o PAIRP tem como objectivo diminuir o índice actual de perdas em diferentes sectores de 50 por cento para 19 por cento até 2023.

## Medidas de prevenção da COVID-19 na Petromoc

Com o registo dos primeiros infectados pela COVID-19 em Moçambique, a maior distribuidora de combustíveis e lubrificantes do País, adoptou diversas medidas preventivas que numa primeira fase, consistiram na disseminação de informações sobre a pandemia tendo passado assim que se tornou necessário, para a implementação de medidas de prevenção nos terminais, depósitos, aero-instalações e edifícios da Petróleos de Moçambique SA – Petromoc.

Texto: Divulgação

A Divisão de Segurança e Meio Ambiente da Petromoc, que funciona como "focal point" na implementação das acções internas de prevenção da COVID 19, destacou como principais medidas de prevenção:

- A disseminação de informações sobre a doença que é feita através da partilha de conteúdos relativamente às causas, sintomas e medidas de prevenção por via de "posters", folhetos e palestras.

- Nos terminais, depósitos e aero-instalações, foi introduzida a obrigatoriedade de contemplança abordagens sobre a COVID-19 nos diálogos de segurança (DDS's) feitos regularmente pelos técnicos de segurança.

- Foi elaborada e publicada internamente uma instrução operacional que destaca as responsabilidades concretas de todos os trabalhadores a todos os níveis, na prevenção da COVID-19.

- Paralelamente, a empresa adquiriu materiais de prevenção que incluem máscaras, luvas e desinfectantes que, estão a ser



distribuídos pelos colaboradores cujo trabalho implica acentuada exposição a eventual contágio.

- Estão igualmente a ser alocados aos terminais, depósitos, aero-instalações e edifícios da Petromoc, termómetros infravermelhos para permitir o rastreio de febre, que é um dos primeiros sintomas da COVID 19.

- Por forma a reduzir a exposição e o risco de contágio, a empresa decidiu reforçar as medidas de prevenção passando a partir de segunda-feira, 30 de Março a operar, nos locais físicos de trabalho, com um

número reduzido de trabalhadores, passando a maior parte a trabalhar remotamente, de acordo com a especificidade das funções. Para as tarefas que pela sua natureza obrigam a permanência no local de trabalho, está a ser observado o princípio de rotatividade.

- Pensando nos seus clientes, a Petromoc está em interação com os postos de abastecimento orientando os seus gestores a observarem a implementação das medidas de prevenção da COVID-19 e disponibilizando panfletos sobre a pandemia.

- Com os parceiros e presta-

dores de serviço que actuam em diversas áreas, a Petromoc está a envidar esforços no sentido de harmonizar as acções e manter o mesmo padrão de prevenção.

### Palestras sobre COVID-19

Ainda na sequência das medidas adoptadas no âmbito da prevenção da pandemia da COVID-19, a Petromoc está a promover como ficou acima referenciado, um ciclo de palestras dirigidas aos colaboradores no sentido de se inteirarem sobre os cuidados a ter perante esta situação que já causou milhares de mortes e consequências desastrosas um pouco por todo o mundo.

A primeira sessão de palestras sobre a COVID-19, foi ministrada para parte dos colaboradores do edifício sede e orientada pela Dra. Cherizade Mussagy que, abordou aspectos bastante importantes sobre o vírus. Na sua apresentação, a Dra. Cherizade partilhou informação substancial sobre os sintomas da doença, formas de transmissão e prevenção.

## INSS suspende Prova Anual de Vida

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) comunica a suspensão temporária da Prova Anual de Vida a todos os pensionistas do Sistema de Segurança Social, no âmbito das medidas de prevenção contra a propagação do COVID-19.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Durante o período de suspensão, o pagamento das pensões decorrerá normalmente.

Cobertura em tempo real sobre pandemia #covid19 #Moçambique @DemocraciaMZ



twitter.com @DemocraciaMZ

### Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A  
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479  
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.